



Anais da Assembleia

Nº 163

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1991
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

As dezesseis horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, João Iensen, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Nilton Barbosa, Nilton César, Plauto Miró Guimarães e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

nário, respeitosamente requer preferência de discussão e votação para os seguintes projetos de lei de autoria do Poder Executivo:

516/91 - Mensagem 120/91 (crédito suplementar) - em 2ª discussão, item 6;

515/91 - Mensagem 119/91 (transforma a SEIC em SETI) - em 1ª discussão, item 8;

517/91 - Mensagem 118/91 (crédito suplementar FASPAR) - em 1ª discussão, item 9;

527/91 - Mensagem 121/91 (crédito suplementar SEFA) - em 1ª discussão, item 10;

468/91 - Mensagem 095/91 (cessão imóvel do Poder Executivo à COPEL) - em 1ª discussão, item 17;

472/91 - Mensagem 097/91 (reduz ICMS cesta básica) - em 1ª discussão, item 18.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, solicitar seja procedida votação nominal do Projeto de Lei nº 400/91.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 3339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 461/91, de minha autoria, adiando sua apreciação por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 3313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão, pelo prazo de 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 099/91, de sua autoria, após a votação em 1ª Discussão nesta data.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fulcro no disposto no Artigo

159 do Regimento Interno, o adiamento por 05 (cinco) sessões da discussão do Projeto de Lei nº 181/91, que fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do Artigo 178, inciso VII da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 3341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 03 (três) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 208/91 (item 11) de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que institui o cadastro rural especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares, em situação irregular.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Rafael Greca, Líder da Bancada do PDT, em função de que nós estamos agora à tarde num encontro com os novos diretores das escolas do Município, que ao contrário do Governo do Estado que não permitiu, e estamos com esses diretores de escolas, neste momento, durante toda a tarde de hoje, em palestras lá no Parque Barigüi. Por essa razão, o Deputado Rafael Greca não está presente, mas deverá chegar em tempo se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 516/91, 515/91, 517/91, 527/91, 468/91 e 472/91.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 120/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 116.010.000,00 ao Orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Em

REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 119/91, transforma a atual Secretaria de Estado e do Comércio - SEIC, de que trata o Art. 31, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 150, de 13.11.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 515/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, originado da Mensagem nº 119/91, de 11 de novembro de 1991, do Poder Executivo, transforma a atual Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC, a que se refere o art. 31 da Lei nº 8485, de 3 de junho de 1987, em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI.

A iniciativa atende ao disposto no art. 53, inciso X, combinado com o art. 66, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, não tendo, portanto, qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite nesta Casa de Leis.

A medida atende aos superiores interesses da Administração, valendo registrar que o Projeto de Lei define no Parágrafo Único do art. 1º que a estrutura básica da nova Secretaria será estabelecida de conformidade com a Lei nº 8485, de 3 de junho de 1987, através de regulamento aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo, na forma do disposto no art. 87, inciso VI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 26.11.91,

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 515/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 119/91, tem por finalidade transformar a atual Secretaria de Estado do Comércio - SEIC, de que trata o Art. 31, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em SECRETARIA DE ESTADO DA IN-

DOSTRIA E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E TECNOLOGIA - ETI, conforme especifica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta COMISSÃO DE FINANÇAS não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 515/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 119/91, objetiva a transformação da atual Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEIC, em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI.

O plano de lei atende às disposições legais orçamentárias atinentes à matéria, bem como o disposto no art. 87, VI, da Constituição Estadual.

Posto isto, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 118/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 150, de 13.11.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 517/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 118/91, o presente Projeto de Lei tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil

cruzeiros), ao vigente Orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, a mesma encontra-se perfeitamente adequada, inexistindo qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos pela tramitação do presente e sua conseqüente apreciação favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 517/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 118/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR; conforme especifica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 517/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 118/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

O projeto de lei atende às disposições legais orçamentárias que regem a matéria, bem como o art. 135, V, da Constituição Estadual, ao indicar como recurso para cobertura do respectivo crédito igual importância proveniente do cancelamento de dotações do próprio órgão.

Posto isto, somos de parecer favorável.

vel, opinando pela sua aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 121/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros) ao Orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21.12.90, por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 152, de 19.11.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 527/91

P A R E C E R:

Nada há que impeça a urgente e imediata tramitação deste projeto de lei destinado a honrar os compromissos do Governo Estadual com o Município de Curitiba e a C.I.C./S.A., mediante o repasse de recursos para amortização de empréstimos e financiamentos efetuados na implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Trata-se de matéria com recursos disponíveis, anteriormente alocados em outras rubricas orçamentárias devidamente canceladas.

É medida saneadora do Sistema Financeiro Estadual merecedora de acolhimento do Plenário.

Sala das Sessões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 527/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 121/91, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros) ao Orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21/12/90, conforme especifica.

No âmbito desta Comissão, não há óbices que impeçam a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta colenda Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 527/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 121/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros) ao Orçamento da Administração Geral do Estado, recursos sob supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9484 de 21/12/90, conforme especifica.

Ao indicar como recurso, para a cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotações em diversas rubricas orçamentárias, a iniciativa está a atender o preceituado no art. 135, V, da Constituição Estadual e demais disposições legais atinentes à matéria.

Sendo lícita a medida, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar)
- Senhor Presidente, eu gostaria de colocar a minha posição nesse Plenário, com relação a esse Projeto 527/91 que aprova um crédito suplementar no valor de 15 bilhões de cruzeiros. Eu confesso aos Senhores Deputados que quero analisar essa votação a partir de amanhã, uma vez que nós estamos tendo conhecimento de que os municípios do interior do Paraná enfrentam uma crise muito grande com relação ao corte do FPM e mais ainda dos recursos através do ICMS não têm correspondido com as expectativas dos Senhores Prefeitos do Paraná.

Eu quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados que esse valor de 15 bilhões de cruzeiros para pagar dívidas da Cidade Industrial de Curitiba, nós não queríamos dizer que seríamos contrários a esta posição, mas entendemos que o momento que vivemos, de crise na vida nacional, a nível de Estado, apesar de que o Estado do Paraná hoje é um exemplo dos Estados brasileiros, foi muito bem governado pelo ex-Governador Alvaro Dias, que entregou ao atual Governador do Estado, um Estado governado conforme afirma o atual Governador Roberto Requião.

Quero dizer que não votarei nessa primeira votação, uma vez que tenho que analisar também a minha consciência, a minha

responsabilidade com as cidades que representam no interior do Paraná. Nós sabemos que o Governo não vai injetar recursos para ajudar os prefeitos a pagar o 13º salário. Então, em razão disso, eu votarei contra e vou analisar se votarei contra amanhã, ou se votarei a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado. Contra, o voto do Deputado Manfrinato.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Para registrar também que a Bancada do Partido dos Trabalhadores se reserva para amanhã e se necessário, também o voto contrário a essa mensagem.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 95/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o imóvel que especifica, situado na sede do município de Inajá. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 132 de 14.10.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 468/91

P A R E C E R:

Como a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, está necessitando de um local para instalar uma agência no Município de Inajá, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou a esta Casa, através da Mensagem de nº 95/91, datada de 09 de outubro, do corrente, o Projeto de Lei nº 468/91, propondo lhe seja concedida autorização para ceder - em caráter de utilização gratuita - àquela Companhia, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, que se encontra situado na confluência das ruas Santo Antônio com Tiradentes, no acima mencionado Município de Inajá. Trata-se do imóvel matriculado sob nº 1679, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paracity, contendo uma edificação com 165,35 m2.

A Proposição poderá tramitar normalmente por este Legislativo, pois está de acordo com o que preceitua o Art. 10 da nossa Constituição Estadual, uma vez que o imóvel abrigará exclusivamente a agência da COPEL, em Inajá, ficando a concessionária responsável pela guarda, proteção e conservação do mesmo. Caso haja um desvio da finalidade da cessão, deverá ser procedido o imediato cancelamento da mesma.

Convencidos da necessidade da concretização da Proposta Governamental para maior conforto dos usuários de energia elétrica daquele Município, e não havendo impedimento constitucional, somos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 468/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 95/91, visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o imóvel que especifica, situado na sede do Município de Inajá.

A Comissão de Constituição e Justiça, visto o aspecto constitucional e legal da matéria, posicionou-se favoravelmente à aprovação da mesma.

Chamada a opinar, conforme preceitua o Regimento Interno, esta Comissão conclui, igualmente, em posicionar-se favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei. E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 097/91, autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decreto, conforme especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 132 de 14.10.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 472/91

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, enviou Mensagem nº 097/91, à essa Casa de Leis, com a finalidade de reduzir a carga do ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, e ainda, incluindo no inciso I do art. 23 da Lei nº 8.933 de 26.01.89 alíquota de 25% - as operações com gasolina e álcool para fins combustíveis e as prestações dos serviços de tele-

fonia.

Essa Comissão, convocou o Dr. Heron Arzua, Secretário do Estado da Fazenda, para esclarecer em detalhes a referida Mensagem. Ao comparecer diante dessa Comissão, ele expôs os motivos que levaram a Secretaria da Fazenda a propor esse aumento da alíquota do imposto de combustíveis e de telefonia, e a direção da cesta básica.

Face estes esclarecimentos, opinamos: a nova Carta Magna deu ao ICMS um caráter de seletividade, isto é, resolve que alguns itens, que presumivelmente são itens de consumo da classe alta e da classe média, pudessem ter um aumento de tributação, e permitindo que bens de produtos de consumo de massa tivessem uma diminuição.

O escopo do projeto em tela, é que com a diminuição da carga tributária sobre alimentos, esses chegariam à população com um custo menor e, em contrapartida, o aumento da alíquota do álcool, da gasolina e do serviço telefônico, em razão da garantia do recebimento e da facilidade da cobrança do ICMS, traria um aumento real de receita para o Estado de 0,5% como compensação a queda progressiva, que vem sofrendo.

Certos de que, esse desequilíbrio deve ser sanado, manifestamos nosso parecer favorável ao projeto, uma vez que não fere dispositivo constitucional, somos pela sua aprovação.

Certos de que a medida é justa e oportuna, não ferindo qualquer dispositivo legal ou constitucional, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 472/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, oriundo do Poder Executivo, Mensagem nº 097/91, autoriza este a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decreto, conforme especifica.

Considerando-se que o presente Projeto irá diminuir a carga tributária sobre alimentos, sendo a população beneficiada com o custo menor, e, que irá aumentar a receita para o Estado em 0,5%, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
RENATO ADUR
Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Apenas para prestar um esclarecimento que julgamos necessário, tendo em vista as manifestações feitas pelo Deputado Erondy Silvério e pelo Deputado Colombino Grassano, ainda durante o pequeno Expediente da Sessão Ordinária que realizamos no dia de hoje.

Nós queremos mais uma vez informar a este Plenário que o artigo 155, da Constituição Federal, estabelece que "os Estados poderão, na sua esfera de atribuição, legislar sobre as alíquotas desde que as mesmas não ultrapassem os valores mínimos permitidos para as operações interestaduais".

E conforme já afirmamos anteriormente, dentro daquilo que estabelece a Legislação Federal e daquilo que estabelece os convênios do CONFAZ, a alíquota mínima permitida para as operações interestaduais é de 7%. Embora tenha se falado em isenção para os produtos da cesta básica, quando da manifestação dos Senhores Deputados, em nenhum momento a Mensagem que o Governador manda a esta Casa fala em isenção para produtos da cesta básica.

Ele diz aqui: "A redução não poderá ser inferior à menor alíquota prevista para as operações interestaduais", artigo 155, § 2º, item 4º da Constituição Federal: "A redução poderá ser dada nas fases iniciais, intermediárias e finais". Portanto, em nenhum lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se fala em isenção para a cesta básica. Se fosse isenção, aí sim caberia uma manifestação do CONFAZ.

E a isenção só seria concedida a este ou aquele produto se recebesse aprovação unânime daquele Conselho de Política Fazendária. Como se trata de redução, o Governo do Estado está devidamente embasado dentro dos parâmetros estabelecidos pela Constituição e pelo Conselho Nacional de Política Fazendária. Porque propõe o Governo do Estado, pede autorização do Governo do Estado, no art. 1º, "reduzir a carga tributária de ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decreto".

Em nenhum momento se pede a isenção porque não poderia, o Governo do Estado, pedir isenção à Assembleia Legislativa, mas, sim ao CONFAZ. E nisto concordo com os Senhores Deputados. O que se pretende, e eu repito aqui, é a redução da alíquota para aquela que é a permitida nas opera-

ções interestaduais, que é a alíquota de 7%.

Portanto, não há nada de errado na Mensagem do Senhor Governador, razão pela qual e pela importância do Projeto recomendamos e pedimos aos Senhores Deputados que votemos a favor do Projeto 472.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Embora pertencendo à Bancada do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, tenho apoiado quase que incondicionalmente as Mensagens do Senhor Governador Roberto Requião. Por que tenho feito? Porque vejo no jovem estadista um idealista. Porque tem governado este Estado com pelo menos uma preocupação: acabar com a corrupção que hoje grassa em todos os escalões da vida pública nacional.

A Nação não estaria na situação em que está com uma inflação galopante, com o povo descrente no Poder Central, com o povo descrente com a classe política, se não houvesse a corrupção. E nós observamos hoje, começando com o Presidente da República, na família da Primeira-Dama, do Primeiro-irmão, e todos os Ministros com duas ou três exceções, a corrupção atingiu até o Ministro do Paraná, acaba de revogar convênio absurdo, esdrúxulo, altamente lesivo aos interesses da população brasileira, que é este contrato que ele fez com uma firma de assessoria para fiscalizar a construção dos CIACS uma firma que foi constituída há quatro meses atrás, sem nenhuma experiência no ramo e recebendo a fabulosa importância de 18 bilhões de cruzeiros.

Então, quando a gente vê um estadista que combate a corrupção em todos os ramos, e combate a corrupção incessantemente como faz o Governo Roberto Requião. Nós temos, efetivamente, apoiado a sua ação nesta Casa.

Entretanto, não posso votar favoravelmente a esta Mensagem, porque ele acena com um benefício da cesta básica e por outro lado, ele pressiona a sociedade paranaense a pagar o ICMS sobre combustíveis, aumentando de 17% para 25%. E nós sabemos a força econômica que tem o preço do combustível sobre todas as atividades sociais. Será mais um recrudescimento na Taxa Inflacionária deste País.

Nós sabemos que a telefonia também que já vem cobrando o que quer do contribuinte, porque ninguém tem nenhum controle

sobre os serviços da TELEPAR, terão também os seus serviços acrescidos de 17% para 25%.

Por essa exclusiva razão, eu voto contrariamente a Mensagem.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Só para um esclarecimento ao Plenário Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não partiu de mim nenhuma palavra sobre a zeragem do Imposto ICMS sobre a cesta básica.

Acompanhei todos os debates havidos nesta Casa na Comissão de Constituição e Justiça, com presença do Secretário Eron Arzua.

Identifiquei-me perfeitamente contra a Mensagem Governamental. Se participei no aparte do discurso do Senhor Erondy Silvério, foi no sentido da minha preocupação com a votação em 1. Discussão dessa Mensagem, porque havia uma dúvida suscitada nos Jornais de São Paulo, onde o próprio Governo paulista havia recuado na apreciação dessa matéria, alegando ter necessidade da unanimidade do compasse.

Desta forma, a informação prestada pelo Líder do PTB o ilustre Deputado Erondy Silvério, de que o Brasil está quebrado - uma alta figura e respeitável figura do Governo Paranaense me dizia: mais do que o Governo Collor, foram os Governadores no ano passado os responsáveis pela grande crise porque passam todos os Estados Brasileiros, na aplicação de recursos numa Campanha Eleitoral.

De modo que a minha preocupação, Senhor Deputado Líder do PMDB, é apenas para que se vote nesta Casa, de acordo e para que amanhã, não se altere uma votação e sejamos condenados por omissão, por inépcia, ou então por não acompanhar todos os debates Legislativos, principalmente aquelas matérias mais importantes.

Manifestei-me há poucos dias, com muita veemência contra a ausência da maioria dos Senhores Deputados no Plenarinho da Assembléia Legislativa, quando o Senhor Secretário Eron Arzua, que eu considero um homem de bem, probo, competente, vem até nós mais uma vez, veio a esta Casa, para debater, para dar a sua opinião, até mesmo

aceitar subsídios para melhorar a Mensagem Governamental que altera o ICMS.

Portanto, eu quero deixar muito claro, que voto favorável a Mensagem Governamental e acompanho com toda a preocupação todas as Mensagens que vêm a esta Casa e todos os Projetos que pelas minhas mãos passam, porque estou aqui para exercitar uma atividade Parlamentar com extrema responsabilidade.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores já pugnamos pela redução do ICMS da cesta básica, objetivando baratear os custos dos alimentos nesse momento difícil em que o Brasil além de sofrer um arrocho salarial muito grande, tem uma massa de desempregados enorme, os índices de subnutrição no nosso País são alarmantes.

Então, nós entendemos que neste momento difícil, é preciso que o Poder Público, cada um na sua esfera de competência, façam esforços no sentido de assegurar, pelos menos que a população de baixa renda tenha acesso a uma alimentação o mais barato possível.

Obviamente nos preocupou a afirmação do Secretário da Fazenda quando disse que a redução do ICMS, na opinião dele, não iria acarretar uma diminuição do preço dos produtos da cesta básica ao consumidor.

Isto, realmente, nos preocupou. Se houver, efetivamente, apropriação desta redução do ICMS pelos atravessadores, eu acredito que cabe repensar na concessão deste benefício.

Ainda mais que nós assistimos, hoje, que tem acesso às listas de sonegação do Estado, sabem que os maiores sonegadores do Estado, hoje, verdadeiras fortunas, estão situadas, exatamente, no setor da carne.

Em segundo lugar, também nos preocupa sobremaneira uma possibilidade do aumento na alíquota do ICMS para os combustíveis, servir como capital de giro para usineiro. Portanto, nós estamos pensando e analisando este Projeto, e se nosso entendimento deve esta Mensagem estar cercada de algumas cautelas, tais como por exemplo, a possibilidade de revogação deste benefício da cesta básica, se efetivamente a redução do ICMS não atingir e não beneficiar o consumidor final.

Este é o primeiro ponto. Segundo, se efetivamente o aumento da alíquota para os benefícios vier a beneficiar estes grupos econômicos, também nós entendemos que devem ser adotadas algumas cautelas para impedir.

Nós sabemos, o Secretário da Fazenda foi claro, ele está trocando o ICMS de 12%, por exemplo, da carne, que o Estado

não recebe, quer dizer, não adianta colocar 12% porque ninguém paga, está trocando pelos 25% do combustível, que este é garantido e entra no caixa do Governo.

Quer dizer, esta é a questão fundamental.

Nós sabemos que o Governo está fazendo caridade com o chapéu alheio.

Está tentando reduzir a cesta básica para que classe média pague o benefício.

Quer dizer, quem efetivamente vai sofrer o maior impacto com o aumento da alíquota do ICMS é a classe média.

Então, estas considerações não podem fugir a análise dos Deputados. É lógico que nós entendemos que algumas medidas devem ser adotadas.

Nós entendemos, realmente, que a política do imposto regressivo, imposto sobre a circulação de mercadorias não é correto.

O ideal é que houvesse uma legislação tributária que incidisse nos impostos sobre a renda, tornando portanto mais justa a incidência dos impostos; embora nós consideremos tudo isto, nós estamos estudando através da nossa assessoria, a possibilidade de introduzir algumas emendas, que serão estas cautelas, para evitar que estas reduções de ICMS não beneficiem atravessadores e grupos econômicos.

Era isto o que nós queríamos encaminhar.

Votaremos, portanto, favoravelmente hoje.

E, amanhã, se necessário, com a apresentação das nossas emendas para aperfeiçoar o Projeto, e assegurar os objetivos a que ele efetivamente se propõe sejam assegurados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar) -

Eu gostaria de discordar do Líder do PT, Deputado Ernani Pudell, quando ele diz que o Secretário Heron Arzua diz que os preços dos produtos da cesta básica não baixariam.

Na verdade, ele não disse isso. Eu participei da reunião. Quando o Senhor fez a pergunta foi no final da reunião, lá na C.C.J., e ele infelizmente, não teve a oportunidade de lhe responder.

Eu acredito, e eu disse isso lá na reunião, que naturalmente a própria economia de mercado fará com que os preços baixem no momento em que a alíquota seja baixada.

E quero declarar meu voto: eu voto favoravelmente a esta Mensagem do Governo.

Primeiro porque eu defendo uma região

que é essencialmente agrícola.

E, principalmente, pela situação, como o próprio Líder do PT disse, de miséria que o povo brasileiro vem vivendo.

Então, nós acreditamos que é de fundamental importância baixar a alíquota dos produtos da cesta básica.

E outra coisa, também, que eu discordo é quando dizem que aumentaria a alíquota dos combustíveis. Não está incluída, aí, o diesel e sim o diesel acarretaria o aumento dos produtos. É álcool e gasolina, mas não o diesel.

O SR. ANTONIO COSTENARO (Para Encaminhar)-
Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Realmente este Projeto nos causa um embaraço, uma dificuldade muito grande, nós do setor de produção de álcool e açúcar, no Paraná.

Nós entendemos que dentro da visão de governar de uma maneira mais prática o Governo do Paraná dá uma redução que naturalmente é muito simpática a toda população do Paraná, com esta atitude de baixar os impostos dos alimentos que a população, de um modo geral, consome.

Por outro lado nós temos a outra face: penalizar os produtores de cana que dão uma soma de empregos muito grande, no Paraná, e com este imposto, aumentando violentamente o custo da produção, nos deixando numa dificuldade muito grande.

Naturalmente facilita sim, ao Governo do Estado, uma riqueza como esta, pagando impostos na ordem de 25% que infelizmente, até o presente momento, nada recebemos ainda do Governo do Estado, para estarmos produzindo cana e açúcar e álcool, na verdade.

Mas quero dizer aos Senhores Deputados, nós temos consciência de que este custo também será repassado na gasolina, também no serviço de telefone, e aí chegamos a uma conclusão; a companhia de telefone o seu custo será muito elevado, mas, na verdade, ela não tem um dono, ela não tem um produtor, como nós temos os bôias-frias, que sofrem para ajudar a produzir, então ela concorda facilmente com esta atividade, com este aumento, quero dizer.

Bom, a gasolina é a mesma coisa, a PETROBRAS é estatal, não tem dono, ninguém vai reclamar porque tem este custo.

Mas o setor suco alcooleiro paga, na verdade, uma conta muito cara. Nós temos a certeza da contribuição que o setor vem dando ao Paraná.

E para concluir, Senhores Deputados, nós pagamos, muitas vezes, o preço de produzir, de procurar fazer o bem ao nosso Estado. Portanto, com toda esta dificuldade, mesmo assim o setor suco alcooleiro me deu a palavra de que devemos concordar

porque o Estado do Paraná precisa melhorar o seu rendimento.

Então o setor vai pagar sim, uma conta muito cara, e eu voto a favor deste Projeto, apesar de não acreditar que a diminuição dos impostos vai na verdade beneficiar os pobres que vão continuar a comprar a carne e outros produtos no preço que está, naturalmente os beneficiados serão aqueles que militam na área.

Nós somos sim os grandes perdedores, e nós sofremos muitas críticas, o povo, de um modo geral, por falta de conhecimento, reclama e acha que o álcool é do Paraná, o açúcar é nosso, portanto deve ser barato, mas não, esquecem, esquecem sim, quanto custa para produzir. Nós produzimos com muita dificuldade.

Milhares de bôias-frias trabalham para ganhar salário, salário e meio, dois salários, com um trabalho intenso, com muita dificuldade.

Mas, nós vamos concordar com o Governo porque ele diz que é necessário para que o Paraná possa melhorar.

É a nossa contribuição, a contribuição do setor. Votamos com o Projeto.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - (Para Encaminhar)- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós recomendamos a Bancada do PDT o voto favorável ao Projeto do Governo, porque embora a questão tenha um certo fundo polêmico e é muito saudável o debate que se estabelece nessa Casa desde o momento da convocação do Secretário Eron Arzua, nós devemos ser esclarecidos no sentido de ver que o Estado vive da arrecadação do ICMS e não se trata aqui de nós colocarmos a questão sobre o ponto de vista da caridade pública, ou da dispensação de mais feijão, mais arroz, mais gêneros alimentícios de primeira necessidade para os que consomem a cesta básica. Na verdade o Deputado Silvestri não ouviu, mas eu ouvi do lado do Ernani Pudell o Eron Arzua dizer na sala da Comissão de Constituição e Justiça que tem dúvidas que a medida vá baixar o custo dos produtos da cesta básica. Mas o problema não é esse, o problema é que o tributo sobre o produto que passeia, ele é facilmente objeto de sonegação. Agora, o tributo localizado é o tributo correto de arrecadação explícita. Então, o que pretende o Governo do Estado é localizar o tributo no endereço dos postos de gasolina, que dispõem de marcadores do consumo de gasolina e de álcool; localizar o tributo nas contas telefônicas que dispõem de marcadores do número das ligações. Então, o Secretário está agindo de maneira correta do ponto de vista de arrecadação do Estado, cabe ao Governo se quiser cum-

prir a parte que lhe cabe no juramento Constitucional de bem comum, coisa que nem sempre faz, como é o caso por exemplo da votação de ontem do vale-transporte. Cabe ao Governo efetivamente manter esse privilégio para a produção da cesta básica no ano que vem, sem se manifestar uma diminuição na carístia no Estado. O Governador está aí para isso também, política não é a indústria do desaforo remunerado, política é indústria da transformação da sociedade. Nesse sentido, com toda consciência, nós votamos com o Governo do Estado.

O SR. ERONDY SILVERIO - Nós não nos admiramos que o nobre Deputado Rafael Greca faça uma declaração de amor ao Governo do Estado, porque é evidente que com o aumento do ICMS sobre o preço dos combustíveis vai beneficiar a Prefeitura Municipal de Curitiba, e ele que é o porta-voz do Senhor Prefeito, é evidente que fez essa declaração belíssima de amor ao príncipe que mora no Palácio Iguazu.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Eu quero agradecer ao Deputado Erondy Silvério porque eu não tinha pensado nisso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o Projeto. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado. O voto do Deputado Erondy é contrário.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) Há poucos minutos atrás eu fui chamado no Plenário para verificar um fato que estava ocorrendo nos corredores da Assembléia Legislativa. Recebi a denúncia de que um menor estava sendo espancado pelos seguranças da Casa em frente ao Plenarinho da Assembléia Legislativa. A segurança nega o espancamento, mas três testemunhas confirmam que esse menor foi espancado e que ele é um menor infrator, é a acusação. Se ele é ou não infrator, o estatuto da criança e do adolescente lhe reserva e lhe dá o direito de não ser espancado e não ser agredido fisicamente. Nós do PT exigimos da Mesa Executiva que apure o caso e puna os responsáveis se por acaso houve esse espancamento desse menor em frente ao Plenarinho há poucos minutos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que o Requerimento e a sugestão de Vossa Excelência já veio um pouquinho tarde.

A Mesa teve conhecimento que em poucas horas foram roubados em frente à Assembléia 3 automóveis. E esse moço, que não sei se é menor, é um dos acusados. Mas se houve violência física contra um menor, Vossa Excelência pode ficar tranqüilo que

nós tomaremos todas as providências.

O SR. Dr. ROSINHA - E menor, eu verifiquei, e ele saiu das dependências da Assembléia Legislativa algemado. Quem vai julgar se houve crime ou não, são os juízes e não Deputados do Plenário desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer lembrar aqui aos funcionários, o artigo 1º da Resolução 14/91: "É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários durante a Sessão Plenária o uso de traje passeio completo".

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 217/91, cria no Estado do Paraná, Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho da Serra Geral ou Escarpa Mesozóica, regionalmente denominada "Serra da Esperança". Aprovado. (Public. no DA. n. 63 de 04.06.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 089/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C. FISCALIZAÇÃO. COM EMENDA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 89/91

Artigo Único - O Parágrafo Único do Art. 2º, do Projeto de Lei em tela passa a vigor com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - No que se refere ao registro de bens do Governador, do Vice Governador, dos Secretários de Estado e dos Deputados Estaduais, observar-se-á o previsto neste artigo".

Sala das Sessões, em 03.12.91.

(a) TOTI COLAÇO

Em votação o Projeto. O Projeto volta à Comissão Competente.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 099/91, autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH e OUTROS, dispõe sobre crédito agrícola, critérios de pagamento e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., e C.F. Com EMENDA DA C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando o adiamento da Discussão pelo prazo de três (3) Sessões, do Projeto de Lei n. 099/91, de sua autoria, após a votação em 1.^a Discussão, nesta Data. Aprovado. Fica portanto, adiada a Discussão do Projeto de Lei n. 099/91, por três (3) Sessões.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 165/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, dá nova redação a letra "d", do artigo 1.º, da Lei n. 9577 de 14 de março de 1991. (IPE). Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. C.F. e C.S.P. EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, o Substitutivo, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 181/91, de autoria do Deputado FLORISVALDO FIER e outros, fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do artigo 178, inciso VII da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) Sessões da Discussão do Projeto de Lei n. 181/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a Discussão por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n. 181/91.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 400/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, autoriza o Governador do Estado a pagar a "GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE" aos professores aposentados. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando seja procedida a votação nominal do Projeto de Lei n. 400/91. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

18. APROVAM; 20 REJEITAM - REJEITADO O REQUERIMENTO.

Para discutir concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E óbvio que ao se rejeitar um requerimento desta natureza, a gente nota de fato o receio que muitos têm em assumir o voto que são favoráveis ao direito de reconhecimento daquele que dedicou toda uma vida em prol da educação deste Estado, que é o professor aposentado e que, atualmente, é considerado o professor emérito.

A nossa intenção em discutir o projeto prende-se ao fato de que numa das sessões anteriores pedimos o adiamento por dez sessões de tal projeto, a fim de que houvesse uma discussão, houvesse sugestões por parte do Governo e da Bancada, obviamente dos aliados, porque esperamos sempre apresentar a esta Casa alguma coisa que contribua com o Paraná e com seus trabalhadores, e não apresentar alguma coisa que tumultue ou dificulte a vida do Estado do Paraná.

Achei importante o que aqui se citou por duas vezes, primeiro aprova-se um orçamento de bilhões de cruzeiros nesta Casa, endereçados a assuntos diversos, como este no momento, endereçado à prefeitura de Curitiba e a região de Curitiba, como se tem feito a outros. Estamos vendo prefeituras do Paraná falidas, como aqui muito bem frisou o Deputado em Plenário. Ouvindo algumas sugestões para que retirássemos o projeto, obviamente que vamos fazer isto. Porque não podemos ficar adiando um problema que vem se acentuando frequentemente. Sabemos que aqueles que não querem assumir a responsabilidade do reconhecimento de um direito a quem deu toda uma vida pela educação, devem votar contra. Acho que temos que assumir posições dentro da Casa. Não podemos aqui pensar em ficar fazendo média com quem quer que seja. Ou assume, ou não assume. Ou somos coerentes com a nossa campanha em praça pública, ou não somos.

Estou pedindo para discutir tal iniciativa visto fatos anteriores assumidos por outros Governos quando reconhecem este direito. E me preocupava quando Sua Excelência o nobre Deputado Alborghetti levantava desta tribuna a questão. Deputado, nós sabemos. Aqui o que é válido? Se você dá uma sugestão de projeto de lei autorizatório, não passa, porque é inconstitucional. O que é constitucional nesta Casa?

Tenho esta mesma preocupação quando peço para discutir tal iniciativa reportando-me, - e gostaria da atenção dos Senhores Deputados -, aquilo que diz ainda na época do Governo Ney Braga quando ele

reconhecia, através da Lei n. 7099, do dia 08 de janeiro de 1979, em seu Artigo 10, este direito do trabalhador da educação, quando dizia ao professor de primeira à quarta série de ensino de primeiro grau, em regência de classe, e isto tem que ficar bem claro, será paga uma gratificação estabelecida de 20 cruzeiros e 42 centavos, por dia útil de aula efetivamente ministrada a título de classificação de regência. Esta Lei da época do nobre Governador Ney Braga começa a reconhecer um direito desses trabalhadores. Em seguida nós tivemos o reconhecimento pelo ex-Governador do Paraná, que inclusive com todas as problemáticas havidas foi o Governo em que o Paraná em termos de servidores públicos mais avançou porque respeitou esses direitos, que foi Sua Excelência o Governador José Richa. Mas antes disso, em 1981 ainda no Governo Ney Braga ele aperfeiçoava esta Lei citada anteriormente com a Lei n. 7507 de 15 de outubro de 1981 dizendo: "Farão jus a gratificação de regência de classe que trata o artigo 1º da Lei n. 7099 os auxiliares de regência de classe de 1º a quarta série de primeiro grau e o pessoal do magistério em efetiva regência de ensino pré-escolar". Eu quero frisar sempre a questão de "em efetiva regência". Se ele não estiver em sala não terá direito a percepção dessa vantagem. Mais adiante ele diz, "o direito a gratificação dependerá do quadro ocupacional a que o beneficiário pertence, bem como do cargo efetivo que ocupar".

Nós temos hoje no quadro do magistério o quadro do professor, Quadro MPP 101 a 105 e temos o quadro de especialistas o MP 200 que todos trabalham no professor de regência e esse benefício era estendido a todos com o aperfeiçoamento da Lei. Mais adiante estabelecia o valor da gratificação, depois continuava dizendo, "a gratificação de regência que trata essa Lei será incorporada aos proventos de aposentadoria". Observem bem, Senhores Deputados, a gratificação de regência de classe de que trata essa Lei será incorporada aos proventos de aposentadoria desde que percebida por um período não inferior a três anos consecutivos ou cinco anos alternados. Continuando, aperfeiçoando o referido processo no Diário Oficial de 1984 como dizíamos do Governo que respeita o funcionário público nesse Estado Sua Excelência o ex-Governador José Richa dizia na Lei criada naquela oportunidade, Lei 8003, de 12 de dezembro de 1984, o artigo 1º: "Aos professores aposentados que tenham percebidos a gratificação de regência de classe de que trata o artigo 10 da Lei 7099 de 08 de janeiro de 1979 durante três anos letivos consecutivos, fica assegurada a incorporação da referida gratificação

aos respectivos proventos de inatividade na forma da Lei n. 7.507, de 15 de janeiro de 1981, computando-se o período letivo propriamente dito com a inclusão dos períodos de férias que ficam considerados como regência de classe".

É um ato contínuo de aperfeiçoamento de uma Lei, aquele com o qual nós tivemos um dos maiores embates, tivemos dificuldades no avanço das questões do magistério paranaense que foi Sua Excelência o ex-Governador Alvaro Dias, com todos os percalços havidos no transcurso da nossa carreira ele criava, ele sancionava a Lei 8.934, do dia 26 de janeiro de 1989, aperfeiçoando tal processo, Senhores Deputados, dizendo: "altera normas legais pertinentes ao pagamento da gratificação de regência de classe de que cuida o artigo 10 da Lei 7099 de 08.01.1979 ao pessoal com efetiva regência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do primeiro grau, e a 1ª a 4ª séries do ensino do 2º grau e adota outras providências".

Vejam bem Senhores Deputados o avanço que estes Governos vieram dando a esses processos, chegando a estender tal gratificação aos professores indistintamente ficaram beneficiados pelo reconhecimento de tal benefício e essa lei como já disse foi sancionada por Sua Excelência, o Governador Alvaro Dias que inclusive estabelecia no seu artigo 2º o valor de 1,2% da referência inicial da carreira do magistério.

Nós avançamos. Mais adiante ele diz no ensino de 5ª a 8ª séries do primeiro grau, de 1ª a 4ª séries do segundo grau e no ensino supletivo, correspondente por um dia útil de aula efetivamente ministrada, carga horária relativa a 20 horas aulas semanais.

É o reconhecimento dos Governos Ney Braga, Richa e Alvaro Dias que foi avançando no processo e a nossa Constituição que a gente está freqüentemente citando e dizendo de direitos em seu artigo 35 parágrafo terceiro, por isso nós queremos mostrar a coerência de tal iniciativa, nós estamos apresentando um projeto autorizatório, não é determinativo e a competência de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado em regulamentá-lo em estender esse benefício a essa categoria que volto a frisar, deu a vida pela educação pública do Estado do Paraná.

A nossa Constituição diz no seu parágrafo terceiro "os proventos de aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos, eu gostaria que Vossas Excelências prestassem atenção para esta parte da Constituição do Estado que diz - sendo es-

tendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou em função que se deu a aposentadoria na forma.

Por isso, Senhores Deputados, nós queremos ser coerentes com essa medida.

Não vemos necessidade da sua retirada. Vemos a necessidade da sua aceitação ou não por esse Plenário e quero ser também coerente, quero repetir na íntegra as assertivas das doudas comissões desta Casa.

Quero ser bastante coerente as doudas comissões, as assertivas das doudas comissões nos seus respectivos pareceres, quando diz a Comissão de Finanças, quando diz a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. São bem claras essas posições tomadas. Eu acho que não há necessidade de nos estendermos a outros fatores, a outros pontos de vista a não ser os pareceres das respectivas comissões, quando assumem a C.C.J. diz: ressaltando aspecto meritório da questão e a conveniência e oportunidade da matéria, como também o caráter autorizatório da iniciativa, nada encontramos que constitucionalmente, legalmente e regimentalmente possa impedir a normal tramitação processual legislativa estando o plano de lei em condições de merecer a apreciação do doudo Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim esta C.C.J. dá o seu parecer e opinando pela aprovação. A nossa Comissão de Finanças e aqui tem diferentes assinaturas de Deputados de diferentes Bancadas que não colocaram nenhuma objeção.

A Comissão de Finanças também dá o seu parecer, dizendo: O Plano de Lei em tela, de iniciativa do Deputado Paulo Maia propõe autorizar o Governo do Estado a pagar a gratificação de regência de classe aos professores aposentados.

No seu mérito a proposição está apta a regular tramitação legislativa, o que enseja o seu acolhimento. É o Parecer.

Inclusive essa Comissão presidida por Sua Excelência, o Deputado Durval Amaral, como Relator o Deputado Renato Adur, Nelson Garcia, Cleiton Crisóstomo, Mário Bezerra e uma outra aqui que nós não identificamos.

Mais adiante diz o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esportes - o Projeto de Lei em epígrafe proposto pelo nobre Deputado Paulo Maia, objetiva autorizar o Governo do Estado a pagar a gratificação de regência de classe aos professores aposentados.

A extensão do direito em tese está previsto no artigo 35, parágrafo 3º, da Constituição do Estado, mesmo que sem di-

tar ou limitar o período de exercício da função.

Aí especificamente neste ponto o contido no teor do plano sob exame se distingue do dispositivo constitucional quando estabelece parâmetros temporais de exercício da função.

Nós não estamos pedindo para que se pague distintamente, mas que se dê, que se estenda o direito àqueles que na ativa tem o benefício estendido e que esta Carta Magna do nosso Estado assegura este direito, como muito bem dizem as respectivas Comissões.

Mais adiante diz: Conquanto a matéria pudesse merecer reparos no que concerne ao lapso temporal da função gratificada, e não cometemos o lapso porque a lei estabelece, a lei já estabelece qual é o período de percepção, três anos consecutivos ou cinco alternados e se o aposentado não justificar este tempo não terá direito a percepção.

Continuando diz: é de ser acolhida para a discussão de Plenário, o que a classifica com louvor a aprovação desta Comissão.

Então eu estou repetindo nada mais, nada menos do que as palavras dos nobres Deputados que compõem as Comissões da Casa.

Destacam a iniciativa, acham a iniciativa válida e não sabemos o porquê que muitos deixam de votar, conforme o seu próprio Parecer na respectiva Comissão. E o nosso projeto é bastante claro, inclusive fizemos questão de grifar: autoriza o Governo do Estado a pagar a gratificação de regência de classe aos professores aposentados. E a nossa justificativa para que fique registrado nesta Casa, ela diz, ela transparece tranqüilamente a realidade do que estão dizendo, pela competência constitucionalmente expressa, a instituição de gratificações que reflitam na remuneração dos servidores é do Poder Executivo Estadual, que nós não estamos mostrando na competência e estamos deixando claro.

Pode partir do Poder Legislativo, porém uma autorização de que o Executivo cometa o referido ato, de modo a não inserir na competência que é do Poder Executivo.

Não queremos ingerir na sua competência.

Sobre a matéria em questão ressalte-se o fato de ser aspiração da categoria que detém parcela seriamente discriminada pelo não pagamento da referida gratificação. Esta parcela discriminada, aliás, é constituída de aposentados que deixaram o serviço público antes de completarem o período de percepção da gratificação que lhe asseguraria a incorporação nos seus proventos de inatividade, sem que isto fosse

porém de vontade própria mas porque até 1988 os professores de 5.^a a 8.^a série não percebiam tal gratificação apesar de terem regido classe por 25, 30 e até 35 anos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a coerência da nossa matéria, a realidade sobre as leis que estão disciplinando tal iniciativa, e não vemos porque deste Poder não ter o direito de autorizar o Governador do Estado a tomar a iniciativa de estabelecer esse direito aos servidores.

Eu não sei se Vossa Excelência nos concede tempo para o aparte ao nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente está esgotado...

O SR. ALGACI TOLIO - Não é permitido aparte no encaminhamento de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas ele não está encaminhando, Deputado: ele está discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente venceu o prazo de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência poderá falar.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a atenção dos nobres Deputados e espero que a gente possa aprovar esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos à votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, apenas para dizer que desde a primeira hora quando começamos a discutir este Projeto do Deputado Paulo Maia, nunca nos posicionamos contrários ao mérito do Projeto.

Estamos apenas neste momento - e dado que é primeiro momento que estamos discutindo - querendo nos colocar mais uma vez contrários ao Projeto de Lei pela iniciativa, que não compete ao Poder Legislativo tratar desse assunto.

E o art. 66 da Constituição Estadual é claro, e eu repito: "e da competência privativa do Governador a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração: servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria".

Eu quero informar ainda mais que na tarde de ontem, junto com o Deputado Alceu Swarowski, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, estivemos reunidos com o Presidente da Associação Paranaense dos Professores - APP- Sindicato - com o qual trocamos idéias acerca desse assunto e pe-

dimos que o mesmo nos subsidiasse com mais informações a respeito.

Ainda ontem também conversamos com a Secretaria da Administração, pedindo que fosse feito um levantamento para identificarmos quantos são os professores aposentados que ainda não recebem esse benefício para que possamos levar a Sua Excelência o Governador e pedir a ele que envie à Assembleia uma Mensagem corrigindo isso que, sem sombra de dúvida, é uma distorção dentro do serviço público estadual.

Mas, hoje, dada a inconstitucionalidade da matéria, reconhecida pelo próprio autor do Projeto, nós votamos contra o Projeto.

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Eu acredito, nobre Líder, que Vossa Excelência entendeu muito bem o nosso encaminhamento quando nós frisamos em hipótese alguma na competência do Poder Executivo.

Simplemente usamos do direito que temos como Parlamentar desta Casa em apresentar um Projeto de Lei autorizatório porque se Sua Excelência o Senhor Governador do Estado quiser reconhecer o direito desses trabalhadores a iniciativa está dada a ele, e a competência é única e exclusivamente dele sem dúvida.

Nós não estamos entrando na questão da competência do Governador do Estado, mas na competência que nós temos como Parlamentar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

20 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

23 Rejeitam.

Está rejeitado o Projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que institui o Cadastro Rural especial para fins de legislação da posse de imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A.I.C. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 62 de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/91

P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para análise, o Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que propõe a instituição do Cadastro Rural especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que a lei "...visa proteger àquele que detém a posse de imóvel rural de até 35 hectares e que quer legalizá-la através da ação de usucapião." Aponta também a inexistência, junto ao Estado, de elementos que permitam "...aquilatar a real situação de referidos proprietários...".

Sob o aspecto jurídico, a matéria é constitucional, estando a providência inclusive prevista no parágrafo 2º do artigo 154 da Constituição Estadual.

Entretanto, o mero cadastramento não permitirá a regularização da posse, servindo apenas para um levantamento da real situação agrária no Estado. Ademais, a Carta Magna de Outubro de 1988, no seu artigo 191, ampliou para 50 hectares a área de imóveis rurais passíveis de serem adquiridos mediante o instituto de usucapião especial.

Neste sentido, considerando as questões anteriores e a necessidade de revestir o Projeto de Lei nº 208/91 da conveniente exequibilidade, julgamos conveniente dar-se à matéria o caráter de, certo modo, regulamentar e estabelecer prazo para a efetivação do cadastramento previsto no já mencionado parágrafo 2º do artigo 154 da Carta Política Estadual.

Propomos, destarte, o Substitutivo Geral apenso, que contemplará estas preocupações, não sem antes concluir pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 208/91, motivo pelo qual manifestamos Parecer favorável à sua aprovação dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
OVIDIO CONSTANTINO - Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/91

Dê-se ao Projeto de Lei nº 208/91 a seguinte redação:

Art. 1º - A implantação do sistema estadual de cadastro técnico rural previsto no parágrafo 2º do artigo 154 da Constituição Estadual deverá ser feita no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - A implantação do cadastramento previsto no "caput" deste artigo será efetuado pelos órgãos fundiários do Estado do Paraná, que para a consecução

dos seus objetivos buscará o apoio e colaboração de órgãos federais correlatos com atuação no Estado e das Prefeituras Municipais.

Art. 2º - As informações do sistema estadual de cadastro técnico rural serão utilizadas com vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícolas, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais.

Parágrafo Único - Aos dados constantes do cadastro objeto desta lei será assegurado o acesso pelas Prefeituras Municipais, sindicatos de trabalhadores e patronais rurais, cooperativas, associações de cooperação agrícola e organizações de trabalhadores rurais.

Art. 3º - Na implantação do sistema de cadastro técnico rural será assegurado o levantamento da realidade rural no tocante a:

I - imóveis rurais de até 50 (cinquenta) hectares em situação irregular;

II - reservas florestais e matas ciliares.

Art. 4º - De posse das informações previstas no inciso I do artigo anterior, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, fornecerá todo apoio e orientação jurídica objetivando a sua regularização pelos respectivos detentores da posse.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

OVIDIO CONSTANTINO - Relator.

Apoio: Durval Amaral, José Tavares, Emília Belinati, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães e Rossoni.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 208/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei em tela, visa instituir o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular.

Pela justificativa que acompanha o Projeto; verificamos que se trata de uma proposta de relevante mérito e alcance social, levando a conhecimento, a faixa de proprietários rurais que se encontram em situação irregular, para futura regularização de suas propriedades.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou favoravelmente à sua aprovação na forma do Substitutivo Geral.

A presente proposta veio até esta Co-

missão para ser apreciada, embora, na condição de Vice-Presidente da mesma e Relator do presente Projeto, não vejo a necessidade de análise por não se tratar de matéria pertinente à mesma.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à sua APROVAÇÃO na forma do Substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente;

TOTI COLAÇO - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 208/91

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei em epígrafe, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares, em situação irregular.

Encaminhado para parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma apresentou Emenda Substitutiva geral, com o fito de adequá-lo às normas contidas tanto na Constituição Federal, art. 191, como também na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 154.

Sob o ponto de vista desta Comissão nada temos a opor quanto a aprovação do presente projeto que visa, essencialmente, criar condições para que o pequeno produtor rural obtenha meios para garantir sua permanência na terra que cultiva e de onde retira seu sustento.

Por estas razões, manifestamo-nos favoravelmente a sua tramitação, na forma do Substitutivo geral já mencionado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.91

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente;

COSTENARO NETO - Relator.

Sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando o adiamento por 03 (três) Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 208/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por três (03) Sessões, do Projeto de Lei nº 208/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. PARECER FAVORÁVEL da C.A.I.C., às emendas nºs 01, 02 e 03 e contrário às demais, por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 69/91, de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Orlando Pessuti, conhecedor profundo da matéria, apresenta para apreciação o presente Projeto de Lei nº 246/91, que estabelece diretrizes da política agrícola estadual, adotando, também, outras providências.

O Plenário desta Casa Legislativa acolheu requerimento de Regime de Urgência para o Projeto. O Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça designou este Parlamentar como Relator, que emite o Parecer dentro do prazo regimental.

Por ser meritória a questão agrícola e a legislação pertinente, o autor conseguiu apoio de significativo número de Deputados, de bancadas diversas, os quais poderão propor, oportunamente e se assim o desejarem, junto com os demais Pares, melhorias neste Plano legal.

O Projeto está rigorosamente em consonância com a Constituição Federal, quando prevê uma política agrícola de forma a preservar o meio ambiente, de maneira responsável, prevendo uma integração perfeita entre o homem e a natureza.

Quanto a Constituição Estadual, mais do que em sintonia, estamos diante do cumprimento de um dever, haja vista o disposto no artigo 154:

"A política agrícola estadual será planejada, na forma da lei,"

Legalmente nada impede a normal tramitação do Projeto nesta Assembléia Legislativa Estadual.

Por outro lado, nos deparamos com uma falha de ordem regimental, uma vez que o Projeto não está seguido de justificações sucintas. Entendo, no entanto, que o Poder justifica-se por si sô, e que o autor, por certo, o defenderá na oportunidade correta, esclarecendo dúvida que possa ocorrer e sanando, assim, a pequena omissão.

Além do mais, a urgência exigida pelo meio agrícola e pretendida pela Assembléia, não comporta uma possível diligência por tão pequena razão, levando-se em conta que o Projeto já foi amplamente debatido pelos paranaenses interessados.

Desta maneira, entendendo a douta CCJ da mesma forma, apresento Parecer Favorável a normal tramitação do Projeto, com a consequente apreciação pelo Soberano Plenário, sempre resguardando o direito de manifestação oportuna quanto ao mérito.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO.

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente Projeto de Lei estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual.

Sobre os aspectos da legalidade e da constitucionalidade, manifestou-se a Comissão de Constituição e Justiça pelo Parecer Favorável, posicionando-se pela Aprovação do Plano de Lei em questão.

Chamada, regimentalmente, a opinar naquilo que lhe compete, conforme o § 5º, do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, posiciona-se este Relator, igualmente, de forma favorável a matéria apresentada, já que em parecer da Comissão de Constituição e Justiça o Plano de Lei em questão foi dado como constitucional e legal e quanto ao seu aspecto meritório é este altamente relevante, por ser a atividade econômica social do nosso Estado consubstanciadamente agrícola e que a Aprovação da presente proposição em muito beneficiará o nosso Estado, retomando-se ao caminho do desenvolvimento e do progresso tão merecidos pelos esforços do povo paranista.

Assim sendo, somos pelo Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 246/91, com as emendas anexas de autoria do Deputado Severino Félix e outros e dos Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, no que refere ao art. 32, parágrafo único e a inclusão no capítulo X do art. 37, remunerando-se os demais e rejeitando-se os demais conforme as justificativas em anexo.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

EMENDA Nº 01 DA COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

AO PROJETO DE LEI Nº 246/91

- Inclua-se no artigo 8º.

n) Representante da União Paranaense das Associações de Criadores - UPAC.

o) Representante da Bolsa de Mercadorias do Paraná.

- Modifique-se no artigo 8º, onde se lê:

c) Representante da Secretaria do Meio Ambiente, leia-se.

d) Representante da Secretaria de Estado para assuntos do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) SEVERINO FELIX

Apoio: João Preis, Nelson Garcia, José Tavares, Dirceu Manfrinato, Toti Cola-

ço, Eurides Moura, Costenaro Neto e ilegível.

EMENDA ADITIVA DE Nº 02

Inclua-se no Capítulo X o seguinte artigo.

Art. - O Estado implantará escolas especiais de alfabetização dos assalariados rurais, adaptadas às condições de trabalho sazonal.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO,

DOUTOR ROSINHA e

ERNANI PUDELL.

EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 03

O Artigo 32 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 - De acordo com o preceito constitucional, compete ao poder público satisfazer as necessidades básicas dos micro, pequenos produtores e assalariados rurais e suas famílias nas áreas de educação, atendimento médico, saneamento e assistência social.

Parágrafo Único - O atendimento médico-hospitalar ao assalariado rural será adaptado à sua jornada de trabalho, com atendimento noturno.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO,

DOUTOR ROSINHA e

ERNANI PUDELL.

EMENDAS DOS SENHORES DEPUTADOS:

Ovídio J. Constantino,
Florisvaldo Fier e
Ernani Pudell.

EMENDA QUE MODIFICA O ART. 4º.

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

- Rejeitada.

- Justificativa:

A Resolução do Banco Central do Brasil, de 16 de julho de 1991, estabelece os parâmetros de classificação dos produtores, para efeito dos benefícios do Crédito Rural. O estabelecimento da categoria de micro produtor, não oferece qualquer resultado prático, pois a categoria pequeno produtor absorve a do micro produtor. O Projeto de Lei nº 246/91, apresenta tratamento diferenciado, tão somente ao pequeno produtor rural. Em face disso, também não se verificaria efeitos práticos, o estabelecimento da classificação dos micro produtores. Consoante já existir dispositivo legal da União, que estabelece a classificação dos produtores rurais, desnecessário se faz outras classificações. Vide, ainda, o conteúdo da Resolução nº 1842/91, do Banco Central do Brasil, em anexo.

Emendas Modificativas dos Arts: 18, 20,

22, 31, 32, 33, 39, 41, 45, 46 e 52.

- Rejeitadas.

- Justificativa:

Por ter sido rejeitada a emenda modificativa do Art. 4º, que criava a classificação do micro produtor.

A emenda ao Art. 22, foi também rejeitada, pelo fato de que não será pertinente a participação de entidades associativas, em todo e qualquer colegiado existente.

A emenda ao Art. 33, foi ainda rejeitada, em razão de ser o Art. 36, mais abrangente.

A emenda ao Art. 20, foi rejeitada também porque o texto é redundante com o Art. 4º deste Projeto; porque o pequeno produtor já é contemplado com a devida prioridade. A exclusividade se antepõe ao princípio da economia de escala. A emenda do Art. 41 foi também rejeitada, porque o caráter "diferenciado" já está contemplado no Artigo 4º, por não ser recomendável eliminar-se a Assistência Técnica privada e porque a questão da Assistência Técnica Oficial já está contemplada no Art. 41 § 2º, do presente Projeto de Lei.

Emenda aditiva ao Art. 38:

Rejeitada.

Justificativa:

Por ter sido rejeitada a emenda modificativa do Art. 4º, que criava a classificação do micro produtor.

Emenda modificativa do Art. 8º:

Rejeitada.

Justificativa:

O Projeto contempla o nº mínimo de integrantes do Conselho, todavia, salvo pequenas modificações, a alteração, como propõe a presente emenda, contraria a opinião consensual obtida nas reuniões conjuntas do Bloco Agropecuário e as entidades que em nome do setor rural contribuiu para a elaboração do presente texto de Lei.

Emenda que modifica o Art. 23:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposta é discriminatória. O ato cooperativo é regido por Lei Federal.

Emenda modificativa dos Arts. 25 e 27:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposta é, em tese, discriminatória. Os aspectos do manejo de solo e da água e as obras de proteção do meio ambiente é questão técnica, pois microbacia não abrange pequenos e médios produtores. Todos os produtores, pequenos, médios e grandes precisam atender às exigências técnicas para que um sistema de proteção

do meio ambiente possa realmente se efetivar.

Emenda modificativa do Art. 35:

Rejeitada.

Justificativa:

A garantia de cumprimento dos acordos e contratos coletivos de trabalho é competência da União, através de Lei Federal.

Emenda aditiva sobre assentamentos:

Rejeitada.

Justificativa:

Já contemplada no Art. 37.

Emenda modificativa do Art. 40:

Rejeitada.

Justificativa:

Tendo em vista que a Extensão Rural Oficial, no Paraná, já realiza as ações pertinentes aos assentamentos, (Art.40), não há necessidade de ser criada uma estrutura especial, com a finalidade de executar esta mesma tarefa.

Emenda modificativa do Art. 44:

Rejeitada.

Justificativa:

Não há definição do montante dos recursos para financiamentos. O Conselho poderá sugerir a melhor forma de aplicação dos recursos.

Emenda modificativa do Art. 46:

Rejeitada.

Justificativa:

Além da questão dos micro produtores já comentada anteriormente, há ainda que se observar que a emenda omite os módulos; sua redação é confusa, e a finalidade da Lei não é a de transformar o pequeno produtor em grande produtor.

Emenda supressiva do Art. 59:

Rejeitada.

Justificativa:

É um contra senso a eliminação de possibilidade de que se obtenha recursos tão necessários ao financiamento do desenvolvimento agrícola e rural.

Emenda supressiva do Art. 62:

Rejeitada.

Justificativa:

Ouidas as principais entidades representativas do setor rural, entenderam estas, que o Art. 62 deva ser mantido no texto atual do Projeto de Lei.

Emenda aditiva sobre seguro agrícola:

Rejeitada.

Justificativa:

O seguro agrícola deve ser tratado em lei específica sobre a matéria.

Emenda aditiva do Art. 24:

Rejeitada.

Justificativa:

Já contemplada no Art. 24 (demais dispositivos legais).

Emenda modificativa do Art. 34:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposição é apenas questão de semântica, que não encontra, em si mesma, razão para que se modifique a redação original do referido artigo.

Emenda aditiva ao Capítulo X sobre o cumprimento de Lei Federal:

Rejeitada.

Justificativa:

Cumprir com o estabelecido em Lei é dever geral de todo cidadão. O desconhecimento da Lei não exime ninguém da respectiva responsabilidade dos atos praticados.

Emenda aditiva ao Capítulo X, sobre agrotóxicos:

Rejeitada.

Justificativa:

A Lei dos Agrotóxicos já trata da questão, assim como também o Art. 54 deste Projeto de Lei.

Emenda aditiva ao Capítulo X, sobre o descumprimento de legislações trabalhista, previdenciárias e de agrotóxico:

Rejeitada.

Justificativa:

Na linha prática é de difícil operacionalização. Todos terão que provar. É muito burocratizante.

Emenda substitutiva do Art. 47 (leia-se 37, pois a proposta de emenda tem erro de redação):

Rejeitada.

Justificativa:

Está contemplada no Art. 37 deste mesmo Projeto de Lei. Trata-se ainda, de mera cópia da Constituição Estadual, não se justificando sua repetição como texto específico desta Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(a) COSTENARO NETO

Presidente e Relator

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Artigo 4º a seguinte redação:

Art. 4º - A política agrícola, os programas e os planos contemplarão, com tratamento diferenciado e prioritário aos micro e pequenos agricultores, na forma do parágrafo 1º do artigo 154 da Constituição Estadual, cabendo ao Estado promover as ações necessárias para sua efetiva participação nos processos de produção,

transporte, armazenagem, comercialização e industrialização, assegurando justiça na distribuição da renda no setor agrícola.

§ 1º - Para os fins desta Lei, adota-se a seguinte classificação:

I - ASSALARIADOS RURAIS - os trabalhadores rurais cuja principal remuneração é percebida mediante assalariamento permanente ou temporário;

II - MICRO PRODUTOR - os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com área de até um módulo fiscal e cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a mil sacas de milho;

III - PEQUENOS PRODUTORES - os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com área entre um e três módulos fiscais e cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a duas mil sacas de milho;

IV - MEDIOS PRODUTORES - os trabalhadores rurais que explorem unidades produtivas com área entre três e cinco módulos fiscais e cuja receita bruta anual não ultrapasse o equivalente a cinco mil sacas de milho;

V - EMPRESARIOS RURAIS - outros beneficiários detentores de unidades produtivas que ultrapassem os limites estabelecidos para a categoria anterior, as empresas agrícolas e agroindustriais e os proprietários ou ocupantes de imóveis rurais cuja principal fonte de renda não provém da agricultura.

§ 2º - Fica considerado em dobro o limite em sacas de milho estabelecido nos incisos do parágrafo anterior no caso de avicultores, suinocultores, olericultores e outras formas de produção intensiva.

§ 3º - Para efeito de classificação dos beneficiários considera-se a soma das áreas de todos os imóveis rurais possuídos ou explorados por uma única pessoa física ou jurídica no Estado.

§ 4º - O pescador artesanal será entendido como pequeno produtor para efeito desta lei.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Conselho previsto no artigo 8º, passa a ter a seguinte composição:

a) Secretários de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

b) 03 (três) representantes de sindicatos e demais entidades de trabalhadores rurais;

c) 01 (um) representante das organizações patronais rurais;

d) 01 (um) representante das organizações cooperativas;

e) 01 (um) representante das associa-

ções de pequenos agricultores;

f) 03 (três) representantes dos governos municipais;

g) 01 (um) representante das organizações ambientalistas;

h) 01 (um) representante das organizações de defesa dos consumidores.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - O Estado apoiará a comercialização agrícola, pela orientação e informação de mercado, organização de feiras e equipamentos nos centros urbanos, para os micro e pequenos produtores rurais.

Parágrafo Único - Para os micro e pequenos produtores rurais, o apoio se dará através de redução dos encargos de impostos e taxas, criação de facilidade no transporte, no equacionamento dos aspectos de saúde pública e redução da intermediação abusiva.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

Substitua-se no Artigo 18 a expressão:

"... que viabilize o acesso dos produtores..."

por:

"... que viabilize o acesso dos micro e pequenos produtores rurais..."

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 20 passa a ter a seguinte redação:

Art. 20 - O Estado estabelecerá uma política de incentivos fiscais e creditícios para implementação do programa de industrialização de produtos agrícolas, aos micro e pequenos produtores rurais com a participação do Conselho Estadual.

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - Será dada preferência às entidades associativas formadas exclusivamente por micro, pequenos e médios produtores rurais.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 22 passa a ter a seguinte redação:

Art. 22 - O Poder público promoverá e apoiará a organização dos micro e pequenos produtores e assalariados rurais em formas associativas que permitam a sua maior participação na formulação de políticas para o setor, aumentar o poder de barganha, a integração no mercado de produtos e insumos e os benefícios dos serviços em comum para produção e comercialização.

§ 1º - ...

§ 2º - O Estado garantirá a participação das entidades associativas pelos seus órgãos de representação nos colegiados dos organismos públicos estaduais, relacionados com suas atividades.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 23 passa a ter a seguinte redação:

Art. 23 - As cooperativas e associações formadas exclusivamente por micro e pequenos produtores rurais, são consideradas extensão dos associados, cabendo-lhes os direitos a estímulos creditícios semelhantes e isenção de tributação nas operações entre estas e seus associados.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 25 passa a ter a seguinte redação:

Art. 25 - O Estado utilizará recursos próprios e buscará fontes de financiamentos alternativos para desenvolver programas de manejo do solo e água, recuperação das áreas em degradação e obras de proteção do meio ambiente, para atender os micros, pequenos e médios produtores rurais.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 27 passa a ter a seguinte redação:

Art. 27 - o Estado implementará programas de produção de mudas e orientará o florestamento e reflorestamento conservacionista, ambiental e econômico, para atender os micros, pequenos e médios produtores rurais.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O "caput" e os §§ 1º e 2º do Artigo 31 passam a ter a seguinte redação:

Art. 31 - O Estado destinará recursos para implementar programas de obras e infra-estrutura na área rural, que assegurem aos micro, pequenos, médios e assalariados rurais e suas famílias, acesso aos benefícios sociais semelhantes aos existentes nas áreas urbanas, preferencialmente atendendo aos planos de desenvolvimento rural, principalmente:

- ...
- ...
- ...

§ 1º - O Governo do Estado incluirá representantes dos micro, pequenos, médios produtores e assalariados rurais, nos conselhos estaduais de saúde e educação.

§ 2º - As obras e serviços promovidos pelo Estado atenderão em caráter prioritário às regiões de maior concentração de produção de micro, pequenos, médios produtores e assalariados rurais e as de maior carência de infra-estrutura básica.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 32 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 - De acordo com o preceito constitucional, compete ao poder público satisfazer as necessidades básicas dos micro, pequenos produtores e assalariados rurais e suas famílias nas áreas de educação, atendimento médico, saneamento e assistência social.

Parágrafo Único - O atendimento médico-hospitalar ao assalariado rural será adaptado à sua jornada de trabalho, com atendimento noturno.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 33 passa a ter a seguinte redação:

Art. 33 - O Estado criará um programa de habitação rural destinando recursos para sua implementação aos micro, pequenos, médios produtores e assalariados rurais.

§ 1º - O programa de habitação rural contemplará financiamento da construção e/ou da moradia dos micro, pequenos, mé-

dios produtores e assalariados rurais e a construção de núcleos habitacionais para trabalhadores rurais, sendo vedada a destinação de recursos para projetos habitacionais em propriedades com áreas superiores a cinco módulos fiscais.

§ 2º - O pagamento do financiamento deverá ser realizado pela sistemática de equivalência - produto, com prazos compatíveis com atividades desenvolvidas pelo beneficiário/mutuário.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 35 passa a ter a seguinte redação:

Art. 35 - O Estado desenvolverá programas próprios de formação de mão-de-obra, visando a profissionalização e melhoria do nível de vida dos micro, pequenos produtores e assalariados rurais.

§ 1º - ...

§ 2º - O Governo Estadual prestará apoio político e material à organização dos assalariados rurais e compreendendo o suporte jurídico e de outra natureza para garantir o cumprimento de acordos e contratos coletivos de trabalho, bem como respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários estabelecidos em leis e na Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Capítulo X o seguinte artigo:

Art. - O Estado implantará escolas especiais de alfabetização dos assalariados rurais, adaptadas às condições de trabalho sazonal.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Capítulo XI o seguinte Artigo:

Art. - Caberá ao Estado em benefício dos projetos de assentamento:

I - estabelecer programas especiais de crédito, assistência técnica e extensão rural;

II - executar obras de infra-estrutura física e social;

III - estabelecer programas de fornecimento de insumos básicos e de serviços de mecanização agrícola;

IV - criar mecanismos de apoio à co-

mercionalização da produção;

V - estabelecer programas de pesquisas que subsidiem o diagnóstico e acompanhamento sócio-econômico dos assentamentos, bem como seus levantamentos físicos.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Artigo 38:

Parágrafo Único - Os instrumentos de política agrícola descritos nos incisos I a VI deste artigo serão destinados exclusivamente para micro, pequenos e médios produtores rurais.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

No Artigo 39, § 1º, modifique-se a expressão: "...e a transferência e tecnologia aos produtores rurais".

por:

"...e a transferência de tecnologia aos micro e pequenos produtores rurais".

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O "caput" e o parágrafo 3º do Artigo 40 passam a ter a seguinte redação:

Art. 40 - O Governo do Estado manterá serviço de extensão rural e assistência técnica oficial, com a missão de orientar e assistir gratuitamente os micro e pequenos produtores e os assalariados rurais, objetivando a melhoria da produtividade e da rentabilidade da exploração agrícola, a viabilidade econômica do empreendimento rural, a organização associativa do micro, pequeno produtor e assalariado rural e a racionalização do uso e preservação dos recursos naturais e ambientais.

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - O Estado alocará recursos especiais para o serviço de extensão rural e assistência técnica oficial de atendimento nos assentamentos rurais, considerando as condições peculiares do público beneficiário e das áreas a serem exploradas, de forma a assegurar a viabilidade econômica e social aos novos produtores.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O "caput" e o § 2º do Artigo 41 passam a ter a seguinte redação:

Art. 41 - O Estado desenvolverá programas de apoio financeiro, em caráter diferenciado, aos micro, pequenos e médios produtores rurais, mediante financiamento às atividades de maior relevância na consecução dos objetivos da melhoria da produtividade, da montagem de infra-estrutura de produção, comercialização e industrialização, da conservação e recuperação da capacidade produtiva dos solos e da preservação dos demais recursos naturais e ambientais.

§ 1º - ...

§ 2º - A aplicação dos recursos financeiros oficiais pelos produtores beneficiados será orientada pela assistência técnica oficial.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 44 passa a ter a seguinte redação:

Art. 44 - Os recursos públicos estaduais, particularmente os recursos de exigibilidade bancária, serão destinados de modo a beneficiar diretamente os micro, pequenos e médios produtores rurais, cabendo aos primeiros pelo menos metade do montante (em valores) dos financiamentos.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

No Artigo 45, substitua-se a expressão:

"... aos agricultores atingidos por calamidades públicas, especialmente os pequenos produtores e trabalhadores rurais".

por:

"... aos micro, pequenos e médios produtores e assalariados rurais atingidos por calamidades públicas."

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O "caput" do Artigo 46 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46 - O crédito fundiário será concedido aos micro produtores rurais através de programa específico e destinado a aquisição de terra para formação, correção ou ampliação da propriedade rural, por trabalhadores rurais, proprietários ou não, que permita a absorção da força de trabalho do adquirente e sua família, ga-

curitiba, quarta, em 04.12.91
 rantindo-lhe a sobrevivência e progresso
 sócio-econômico.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

O Artigo 52 passa a ter a seguinte re-
 dação:

Art. 52 - O Estado criará patrulhas
 mecanizadas para atendimento aos micro e
 pequenos produtores rurais bem como pro-
 gramas específicos de melhoramento genêti-
 co vegetal e animal, através de distribui-
 ção, financiamento e troca de produto, de
 sementes, mudas, sementes, sêmem e repro-
 dutores animais.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se na íntegra, o parágrafo 2º
 do Artigo 59.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se na íntegra, o Artigo 62.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Artigo 47 passa a ter a seguinte re-
 dação:

Art. 47 - A regularização de ocupações
 e a destinação de terras públicas e devo-
 lutas serão compatibilizadas com as polí-
 ticas agrícola, agrária e de preservação
 ambiental, através de títulos de domínio
 ou de concessão de uso, inegociáveis pelo
 prazo de 10 (dez) anos, segundo forma e
 critério definidos em lei complementar es-
 tadual.

§ 1º - Os órgãos do Estado devem ser
 colocados, em caráter complementar, a ser-
 viço dos assentamentos, no sentido de
 torná-los produtivos.

§ 2º - A política de assentamento ru-
 ral, desenvolvida pelo Estado, estimulará
 o cooperativismo e demais formas associa-
 tivas.

§ 3º - O Estado assegurará aos deten-
 tores de posse de terras devolutas por ele
 tornadas produtivas, com o seu trabalho e
 com a sua família, preferência a receber
 título de domínio ou de concessão de uso,
 com os agravames previstos neste artigo,

desde que:

I - não sejam proprietários de área
 superior a um módulo rural mínimo;

II - tenham na agricultura sua ativi-
 dade principal;

III - residam no imóvel.

§ 4º - Fica assegurada aos beneficiá-
 rios e suas organizações representativas a
 participação no planejamento e execução
 dos assentamentos.

§ 5º - A concessão de título de domí-
 nio ou de uso de terras públicas e devolu-
 tas deverá considerar a manutenção das re-
 servas florestais públicas e as restrições
 de uso do solo, nos termos da lei.

§ 6º - Os lotes destinados a assenta-
 mentos nunca serão inferiores ao módulo
 rural mínimo definido por lei, ficando ve-
 dado a concessão de título de domínio ou
 de uso de mais de um lote ao mesmo conjun-
 to familiar.

§ 7º - O título de domínio e a conces-
 são de uso de imóveis rurais serão conce-
 didos ao homem ou à mulher ou a ambos in-
 dependentes do estado civil, nos termos da
 Constituição Federal.

§ 8º - As terras devolutas do Estado,
 observado o disposto no Artigo 208 da
 Constituição Estadual, terão prioridades
 para assentamento de trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
 DOUTOR ROSINHA
 ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Acrescente ao Projeto de Lei o seguin-
 te Capítulo:

CAPÍTULO - DO SEGURO AGRÍCOLA

Art. - Fica implantado no Sistema
 Financeiro Estadual o Seguro Rural, atra-
 vés das seguintes modalidades de cobertu-
 ra:

- a) seguro de custeio agrícola;
- b) seguro pecuário;
- c) seguro de bens, benfeitorias e pro-
 dutos agropecuários;
- d) seguro de acidentes e de vida do
 homem do campo, envolvido no processo de
 produção.

Art. - O Seguro Rural objetiva o au-
 mento da produção, da produtividade, o de-
 senvolvimento tecnológico e a fixação do
 homem no campo, de forma a contribuir para
 com a estabilidade econômica, social e po-
 lítica do País.

Art. - As classes de riscos cobertas
 pelo Seguro Rural compreendem incêndios,
 fenômenos meteorológicos adversos, pragas
 e doenças incontroláveis e todos os demais
 tipos de sinistros rurais ocasionados por
 fatores externos.

§ 1º - No caso de seguro de custeio
 agrícola, o cálculo de custos de produção
 para a estipulação dos valores de riscos a

serem pagos pelo segurado deverá necessariamente refletir uma estimativa real que inclua a valorização de mão-de-obra familiar na atividade.

§ 2º - O Seguro Rural garantirá:

I - a indenização de 100% do valor do bem segurado, desde que isto conste do contrato;

II - a indenização da área sinistrada, independente da área contínua ou remanescente não sinistrada, de forma a permitir, ademais o replantio;

III - a indenização das áreas de meeiros e parceiros considerados, no caso, como unidades de produção próprias;

IV - a indenização do custo de produção das atividades agropecuárias, incluindo necessariamente a remuneração do produtor e, quando for o caso, da mão-de-obra familiar;

V - uma redução do prêmio a ser pago, ao assegurado que não tiver perdas, dentro da orientação do Seguro Rural de estimular o desenvolvimento tecnológico.

§ 3º - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, a fixação do cálculo do custo real dos itens componentes do custo de produção das atividades agropecuárias, inclusive o custo de mão-de-obra familiar, respeitando as medidas regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

Art. - O interessado poderá fazer o Seguro Rural com ou sem financiamento bancário.

Art. - Competirá à Companhia de Seguros sob o controle acionário do Estado a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente Lei e da Legislação Federal pertinente.

§ 1º - Constituir-se-á, no âmbito da Companhia de Seguros sob o controle direto ou indireto do Estado, um Conselho Consultivo que proporá formas de atuação e cumprirá o papel de agente fiscalizador da política estadual do Seguro Rural.

§ 2º - A composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representantes de órgãos públicos ligados à atividade rural e a de representantes de entidades não governamentais ligadas ao setor.

§ 3º - Constituir-se-á, em cada Município um Conselho Municipal de Seguro Rural, composto por representantes de todos os setores envolvidos, que terá como atribuição a arbitragem nos casos de disputas em relação à magnitude dos sinistros o qual colaborará na divulgação, implantação e controle do Seguro Rural na respectiva região.

Art. - O Seguro Rural, através de normas complementares, definirá o caráter de obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as respectivas atividades, incluindo todas aquelas relacionadas ao seguro de custeio pecuário.

Parágrafo Único - A definição da obrigatoriedade ou não do Seguro Rural conforme as modalidades de cobertura e as linhas de atividades será atribuição da Companhia de Seguros mantida pelo Estado, ouvido o Conselho Consultivo.

Art. - No prazo de 90 (noventa) dias a Companhia de Seguros deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "NORMAS OPERACIONAIS DO SEGURO RURAL", ouvidos o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos ou agências da administração direta ou indireta no Estado, bem como as entidades a ela vinculadas, poderão ser acionados para a operacionalização do Seguro Rural, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. - A implantação do Seguro Rural obterá sua sustentação financeira através do Fundo de Seguros que fica criado nos termos descritos neste artigo:

§ 1º - Os seguros de bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos e entidades estaduais, da administração direta ou indireta, serão contratados com a Companhia com o controle acionário do Estado, ou de entidade da administração indireta do Estado, sem prejuízo da realização, por esta, de Co-Seguros com as congêneres.

§ 2º - Nos contratos de seguros a que se refere este artigo é proibida a intervenção de qualquer que seja sua forma de corretores, administradores de seguros e entidades outras qualquer que seja seu tipo jurídico.

§ 3º - As importâncias correspondentes a todas as comissões de corretagem de seguros contratados, na forma do parágrafo primeiro deste artigo, serão recolhidos em conta especial, denominada "FUNDO DE SEGURO RURAL", a ser mantida no Sistema Financeiro Estadual, que se destinará, especificamente, a garantir as despesas com planejamento, implantação e a operação do Seguro Rural, financiado ou subvencionando os respectivos prêmios, prioritariamente em favor dos pequenos e médios produtores.

Art. - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições do Sistema Nacional de Seguro Privado se integrem à política descrita nesta Lei.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Art. 24, após a expressão "... da Constituição Federal...", o seguinte texto:

"... bem como os dispositivos contidos na Lei Estadual nº 8.014, de 14.12.84."

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se no "caput" do Artigo 34, a expressão "... a mão-de-obra volante..." pela expressão "... o assalariado rural temporário..."

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Capítulo X o seguinte artigo:

Art. - O Estado fiscalizará e exigirá o cumprimento da Legislação Federal obrigando os empregadores a transportar os assalariados rurais somente através de ônibus.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Capítulo X o seguinte Artigo:

Art. - O Estado fiscalizará e aplicará a lei do controle do uso de agrotóxicos exigindo os equipamentos de proteção necessários para preservar a saúde do assalariado rural.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no Capítulo X o seguinte Artigo:

Art. - Os empregadores que descumprirem a legislação trabalhista, previdenciária e de agrotóxicos não serão beneficiados com recursos do Estado.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 246/91

AUTOR: DEP. ORLANDO PESSUTI E OUTROS

PARECER:

I - O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa estabelecer as diretrizes da política agrícola estadual e das outras providências.

II - De acordo com o § 14, do Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe a esta douta Comissão manifestar-se quanto as questões relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

III - Esta Relatora, para exarar o presente parecer, buscou informações técnicas na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

IV - Analisando o Projeto pela Coordenadoria Jurídica daquela Secretaria, verificou que o prazo de 05 anos, expresso no artigo 30 da Proposição em tela, vem acabar com todo um trabalho de anos, desde que a Lei 8.014/84 (Lei de Proteção do Solo) passou a vigorar. Entendem os técnicos que se essa data fizer parte de posterior Lei, ficariam revogadas todas as medidas legais coercitivas já em prática e produzindo resultados. Todos os processos da espécie, que são centenas, com prazos compelidores para a execução de obras, seriam invalidados, pois os infratores, sem dúvida, argüirão o novo prazo e, reciprocamente, um grande prejuízo à proteção do solo e das rodovias. Foi sugerido, então, a supressão do "prazo de 05 anos", disposto no art. 30 do Projeto, para não desmoroar todo um trabalho de proteção do solo.

V - Diante do exposto, esta Relatora sugere, através de emenda em anexo, a supressão do "prazo de 05 anos" do Art. 30 da presente Proposição.

VI - Quanto as demais disposições pertinentes à Proposição, merecem nosso integral apoio.

Parecer favorável pela aprovação, ressaltada a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 13.11.91

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

EMENDA

Suprimir a expressão "no prazo de 05 (cinco) anos", do Art. 30 do Projeto de Lei nº 246/91, que estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e das outras providências.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Estado, via SEAB e com embasamento na Lei nº 8.014/84 e decorrentes normas regulamentadoras, já vem há mais de três anos interpellando, notificando, atuando e

penalizando, tanto os órgãos públicos que danificam as obras protectionistas do solo, ou prejudicam as propriedades, como também e reciprocamente, os proprietários que danificam as rodovias, por falta de obras protectionistas e retentoras do escoamento das águas. E, para esses efeitos coercitivos já em prática, todos os prazos estão vencidos, em perfeita consonância com as normas atuais e vigentes.

Pois bem, com a instituição agora de um novo e longo prazo (cinco anos), ficariam revogadas todas as medidas legais coercitivas já em prática e produzindo resultados. Todos os processos da espécie (centenas), com prazos compelidores para execução de obras, seriam invalidados, pois os infratores, sem dúvida, argüirão o novo interstício concedido pela nova lei. Seria um grande benefício aos infratores refratários e, reciprocamente, um grande prejuízo à proteção do solo e das rodovias.

Não obstante, subtraindo-se a expressão "prazo de cinco anos", o dispositivo legal, seria um recomendável apoio às normas já existentes.

Frisamos, que essa observação é calçada na experiência diária, pois há anos vimos analisando todos os processos de atuação, correspondentes da Lei de Proteção do Solo.

Quanto as demais disposições pertinentes a esse capítulo, merecem de nossa parte integral apoio.

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas registrando que a Bancada do PT vota favorável ao Projeto em 1.^a discussão. Já encaminhamos, embora tenha havido pareceres desfavoráveis de várias emendas que nós apresentamos, e nós discordamos dos pareceres e estamos procurando manter entendimentos com o autor do Projeto, Deputado Orlando Pessuti, já encaminhamos algumas das emendas que entendemos que são prioritárias, importantes, que elas vêm a aperfeiçoar o Projeto original; e nós, em 2.^a discussão, esperamos que este Projeto, tão importante ao Estado do Paraná, que ele seja resultado da síntese do pensamento dessa Casa, que sejam contempladas as preocupações que nós esposamos, especialmente no que se refere a fixar critérios mais específicos e mais claros para o atendimento dos pequenos produtores rurais e médios do Paraná, e esperamos que essas iniciativas nessas emendas, também estejam contempladas nessa matéria que é do interesse do Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, apenas para prestar um esclarecimento ao Plenário e solicitar uma providência de Vossa Excelência e da assessoria da Mesa. O Deputado Ernani Pudell ainda menciona "projeto de autoria do Deputado Orlando Pessuti". Evidentemente que esse projeto não é apenas da nossa autoria. Esse projeto foi elaborado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, pela Comissão de Agricultura da Assembléia e teve a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada deste Estado, tais como Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Federação da Agricultura, Secretaria da Agricultura, EMATER, OCEPAR, enfim, são diversos os autores desse projeto.

E requeiro a Vossa Excelência, que faça constar da publicação da Ordem do Dia de amanhã, como autores do Projeto, Deputado Orlando Pessuti e outros, porque essa é a versão correta para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Em votação. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 265/91, de autoria do Deputado DR. ROSINHA, dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. n.^o 77, de 25.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.^o 265/91

PARECER:

I - O Projeto de Lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Dr. Rosinha, dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, destinados a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaças por parte de seus maridos ou companheiros.

II - A medida possui inegável alcance social, através da qual o Poder Público pode oferecer apoio e orientação às mulheres que venham a sofrer agressões ou violências e vem complementar a intenção do Constituinte Estadual, que inclui um artigo na Constituição garantindo este direito, qual seja, art. 215, III.

III - Embora a proposta esbarre em óbice constitucional, art. 66, I e IV da Constituição Estadual, é importante a sua normal tramitação para que o Plenário desta Casa de Leis possa soberanamente manifestar-se.

IV - Assim sendo, destacando-se principalmente o significado do Projeto de Lei para a luta das mulheres na proteção de seus direitos, manifestamos o nosso parecer favorável, permitindo o exame da matéria pelo duto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 265/91

PARECER:

Súmula: Dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências.

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei n° 265/91, de autoria do nobre Deputado Dr. Rosinha.

Já se manifestou a Comissão de Constituição e Justiça quanto à legalidade e constitucionalidade, cabendo a esta Comissão julgar o mérito da proposição.

Assim sendo, somos favoráveis à tramitação regimental do presente, cabendo a decisão final ao douto Plenário.

Sala das Comissões, em 02.12.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

A Mesa, antes que o Deputado Rosinha use da tribuna, quer informar que o menor detido nesta Casa, chama-se Clodoaldo Rodrigues dos Santos. A ficha da Polícia, acusa furto e danos. O serviço médico da Assembléia examinou o menor e deu o seguinte atestado:

"Atesto para os devidos fins que Clodoaldo Rodrigues dos Santos, apresenta bom estado de saúde, sem lesões corporais recentes."

Assim mesmo, a Mesa determinou que fossem tiradas as algemas e vai encaminhá-lo ao Juizado de Menores.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar o ato da segurança da Assembléia Legislativa do Estado. Até me faz lembrar quando houve reconhecimento da Bancada do PT pela eficiência e competência dos seguranças desta Casa. E reafirmo a posição do Deputado Erondy Silvério: "ladrão, é na cadeia."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Doutor Rosinha, com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. A violên-

cia toma conta da sociedade brasileira, seja ela contra os menores, contra o negro ou contra as mulheres. A violência está no dia-a-dia de toda a sociedade e muitos cidadãos têm se calado ao vê-la, nem tornada pública e nem denunciada. Seja um caso específico de um menor, ou de dois ou de centenas que são assassinados pelas ruas de nossa Cidade e do Brasil.

Nesse rol de violências, um dos sexos foi oprimido e sofre a violência, por parte do considerado sexo forte, do sexo masculino. E a violência contra a mulher, que até há pouco tempo atrás, era uma questão de privacidade de cada uma dessas mulheres. Havia um silêncio da sociedade, silêncio esse, cúmplice em relação a essa violência contra as mulheres. Graças ao movimento de mulheres e a conscientização de alguns homens esse silêncio está sendo rompido, essa cortina que esconde a violência contra a mulher está sendo rasgada e tornada público ao que ela está sendo acometida.

Nós temos que ajudar a romper este silêncio. Nós Parlamentares não podemos nos calar ao vermos qualquer tipo de violência. E precisamos gritar alto e denunciar que esta violência existe e somos todos iguais.

Existe violência de homem contra homem; mas, principalmente, de homens contra as mulheres, índios e negros.

Em vários países do mundo têm-se lutado para que todos tenham o mesmo direito e a mesma igualdade. Estão sendo implementadas políticas para o enfrentamento dessa violência contra a mulher. E isto tem ocorrido com a instalação da Delegacia de Defesa da Mulher, com casas de apoio, com centros de orientação social, jurídica e psicológica. Nos Estados Unidos são cerca de 1.200 casas de apoio; no Canadá, 264. A nível mundial, a ONU condena todas as formas de violência contra a pessoa humana e defende o direito e a igualdade de todos. Essa violência na sociedade praticamente todos os dias ganha a imprensa a nível nacional. Basta folhear os jornais para constataremos: "mulheres vítimas de violência doméstica", "casal assaltado e mulher estuprada", "prostituta estuprada por nove filhos de colunáveis", "quarteto estupra menor"... e assim por diante. São denúncias todos os dias contra a mulher e contra o menor. São denúncias na imprensa e crimes comprovados como o daquela criança em Telêmaco Borba. Essas violências que estão nas páginas dos jornais muitas vezes são encaradas como uma letra morta e fria e como simples números nas estatísticas. Mas nós Parlamentares temos que ler, ler claramente o que está acontecendo na nossa sociedade e denunciar, denunciar os fatos de violência.

E aqui temos alguns dados de Curitiba: de dezembro de 1989 a outubro de 1990 - e são os dados mais recentes - foram denunciadas, na Delegacia da Mulher, 1574 casos de lesões corporais; 293 ameaças; 10 estupros e 49 atentados de violência ao pudor.

A maioria das mulheres sofrem qualquer tipo de violência não denunciavam de medo ou de vergonha.

A denúncia está todos os dias nas ruas e nos ambientes fechados. Esta violência se dá através de gracejos, de cantadas, de palavrões ou até por violência física. E isto ocorre dentro de quatro paredes das casas onde cerca de 80% das mulheres sofrem violência do próprio marido. Cerca de 60% destas mulheres têm mais de seis anos de vida conjugal.

As agressões, na maioria das vezes, 40% são de ordem física e cerca de 30% ameaças.

Essas mulheres, na maioria das vezes, sofrem caladas, não denunciavam, não saem de casa porque não têm para onde ir. E esta violência ocorre principalmente à noite, quando a mulher não pode buscar socorro. Só a Delegacia de Mulheres não resolve este problema. Ela é necessária. Mas é necessário que algo mais se faça no nosso Estado como já vem se fazendo em outros Estados. E queremos dizer que ela não é suficiente porque em muitas ocasiões a mulher vai até a Delegacia denuncia a violência e não tem para onde ir. E a "Folha de Londrina", do dia 08.03.90 traz algumas informações importantes e interessantes.

Diz o artigo "Cara a cara com a violência": "As 10 horas da manhã a fila é grande em frente à Delegacia da Mulher. Rostos cortados, hematomas e até queimaduras são provas de um tipo de violência que a Delegada Paula Francinete, 32 anos, conhece de perto. Diariamente, cerca de 10 mulheres procuram a Delegacia da Mulher para registrar queixas ou pedir orientação sobre questões que envolvem a separação de casais por causa de agressões físicas.

Continua a Delegada num outro ponto do artigo. Diz: "Paula está em Londrina há dois anos. Antes disso, passou por Curitiba e por Ponta Grossa, mas foi aqui que viu o caso mais chocante de sua vida de Delegada. Uma mulher teve a orelha cortada pelo marido e apareceu para dar queixas, confessando que já tinha sido agredida outras vezes.

A prova das agressões anteriores eram a cabeça e os cabelos queimados.

Essas agressões são constantes na vida de uma mulher, seja ela física ou seja ela verbal". E continua dizendo nessa matéria: "Na Delegacia da Mulher a maioria das mulheres é de baixa renda. As de classe média alta têm vergonha de registrar queixa e morrem de medo da imprensa".

Mas para todas as classes sociais, a Delegada Paula Francinete, só vê uma saída para acabar com a violência doméstica. "É preciso mudar a mentalidade dos homens e das mulheres, um processo que é educacional, social e até econômico".

Nós concordamos que é necessário que se mude a mentalidade da sociedade para botar um fim na violência. É necessário mudar-se ideologicamente, porque a principal causa da violência é ideológica e de colocar a mulher como sendo um objeto de atendimento dos desejos do homem. Nós temos que acabar com isso e essa Casa de Leis, esse Parlamento, pode contribuir muito para que possa avançar a questão educacional e a questão dos direitos das mulheres.

Nós temos tramitando e está sendo votada hoje, uma Lei que propõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres e de outras providências.

Nós propomos que em cada região - digo regional do nosso Estado, seja construído um Centro de Convivência, onde essas mulheres possam buscar o amparo legal, social e por um período de tempo, aguardar até que seja resolvido o seu problema ou encontrado um emprego onde possa resolver uma série de problemas econômicos.

Nós entendemos que esse Parlamento, apesar da sua grande maioria ser homem, esses homens não têm os olhos fechados para a realidade da mulher. Esses homens que enxerguem e que vejam essa violência, e nós aqui pedimos a colaboração desses homens, que votem favorável a esse Projeto, que muito contribuirá para o fim da violência contra a mulher; que muito contribuirá para a emancipação das mulheres. Nós sabemos que todos nós homens carregamos dentro de nós o machismo, não é porque nós nascemos desse machismo, ele não é de origem natural, mas é um machismo adquirido na sociedade através da educação. O primeiro ato de libertação de nós homens é ter a consciência de que essa violência existe e que nós somos muitas vezes quem a praticamos. E nós podemos contribuir para que ela se desfça, para que ela se acabe, ideologicamente atuando na sociedade e no atual momento votando favorável à essa lei, para que nós possamos, para que as mulheres possam buscar amparo legal para muitas situações em que elas se encontram. Assim a gente solicita o apoio de todos os Senhores Parlamentares, por essa causa ela é necessária para a sociedade.

Dou o aparte ao nobre Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Na verdade, Deputado Rosinha, gostaria de cumprimentá-lo pelo projeto, pela preocupação justa, especialmente por aquela mulher menos fa-

vorecida pela sorte, evidentemente que esse projeto vai trazer uma segurança muito maior e o projeto é justo, merece o apoio dos Senhores Deputados e eu me recorde enquanto Vereador de Curitiba, liderando uma campanha para a criação da Delegacia da Mulher, naquela oportunidade eu pude verificar o quanto foi importante a criação da Delegacia da Mulher de Curitiba. Agora o seu projeto amplia esta preocupação, merece portanto os nossos cumprimentos, nosso apoio com o voto.

O DR. ROSINHA - Agradeço o apoio de Vossa Excelência e recorde-me, no momento, da luta que Vossa Excelência travou na Câmara de Vereadores para a construção da Delegacia da Mulher. E, novamente reforço: o voto não é ao projeto em si, mas o voto é pela luta dos direitos da mulher. É neste sentido que eu solicito o voto dos Senhores Parlamentares. Quem estiver votando contra o projeto, não está votando contra um projeto em si, mas está votando contra uma camada da sociedade, a maioria da sociedade, estará votando contra as mulheres paranaenses. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSE TAVARES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, eu julguei ser do meu dever encaminhar, mesmo que de maneira muito rápida esta matéria, para dizer aos meus Nobres Colegas e à minha Nobre Colega, que esta matéria é flagrantemente inconstitucional. E não sou eu quem está afirmando isso. É a Constituição do Estado do Paraná.

Nós não estamos, aqui, entrando no mérito da questão. O mérito é altamente louvável. Altamente louvável! Aqui ninguém defende mais as mulheres do que ninguém. Todos defendem no mesmo nível. Todos são filhos de mulheres ou têm esposas, ou têm filhas, ou têm amigas, companheiras, parentes, enfim, todos são solidários uns aos outros.

Então, não vamos, aqui, confundir as coisas. Não vamos, aqui, querer deturpar as palavras. O que temos que colocar com muita clareza é que a Constituição do Estado do Paraná não permite que nós, Deputados Estaduais, tomemos iniciativa desta natureza. O próprio Parecer da Deputada Emília Belinati na Comissão de Constituição e Justiça é claro: ela diz que embora a proposta esbarre em óbice constitucional, e cita o dispositivo, ela opina pela sua aprovação, mas reconhece a sua inconstitucionalidade.

Eu acho que nós temos que ter cuidado, como legisladores que somos, de saber se-

parar as coisas. Não confundir mérito. Não confundir importância da matéria. É inegável a sua importância, tanto que nós, do PMDB, fomos quem instituímos a Delegacia da Mulher no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Porque nós entendemos que a mulher deve, realmente, receber uma proteção especial. Agora, querer daí avançarmos e aprovarmos uma matéria que sabemos, que temos convicção ser flagrantemente inconstitucional, não é possível.

Por isso, Senhor Presidente, é que eu faço estas colocações, aqui, nesta tarde.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a questão levantada, de inconstitucionalidade pela Deputada Emília Belinati, no artigo 66, nós podemos deixar muito claro. Ela levanta, no inciso I do artigo 66 e também no inciso IV.

A questão de (Lê): "I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração". Nós não estamos criando cargo, nem função, nem emprego público na administração.

No inciso IV (Lê): "IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública", nós podemos corrigir com uma Emenda ao Projeto, colocando num dos seus artigos, como autorizando o Governo, o Poder Executivo, a fazer estas atribuições, ele como Poder Executivo.

Portanto, o que é alegado, nós podemos corrigir no corpo do Projeto, com uma Emenda, a partir de amanhã, autorizado o Poder Executivo em alguns dos seus artigos a fazer estas correções que se fizerem necessárias. Portanto, esta inconstitucionalidade pode ser corrigida e nós não queremos que os Senhores Deputados se acobertem sob o manto da constitucionalidade para votar contra um Projeto de Lei de suma importância para a sociedade paranaense e, principalmente, para as mulheres. É usar o manto da Constituição para não assumir o caráter de opressão ou de gênero.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Apenas eu quero, com todo respeito ao Parecer, dar a minha humilde interpretação sobre o que dispõe o artigo 66, da Constituição.

Parece-nos que há um zelo excessivo e uma interpretação, até de certa forma elástica, quando se trata de não invadir atribuições do Governo. Estas interpretações extensivas, no meu entender, têm impedido que o Poder Legislativo assuma o seu papel. Ora, nós estamos aqui, claramente criando, e isso tem que ficar muito claro, nós estamos criando um equipamento público para atendimento de mulheres que são vítimas de violência! Nós não estamos

criando órgão público! Ou será que a Constituição não diz isso?

Então eu quero fazer aqui um protesto, Sr. Presidente, contra estas assessorias que estão talvez muito zelosas na análise dessa Constituição! Nós estamos criando equipamento público! Não estamos criando órgão público! Isso tem que ficar muito claro, que este é o objetivo do Projeto do Deputado Rosinha!

E mais, quem sabe conhece a vida dessas mulheres mais carentes sabem o tipo de violência a que elas são submetidas, que têm que ficar com um marido, convivendo e apanhando todo dia. E não têm um lugar para se abrigar!

Quando, Sr. Presidente, o Governador vai precisar de autorização, ou alguém, ou nós, vamos precisar de autorização, para criar um posto de saúde, um hospital? Esta é a questão fundamental! Nós estamos criando um equipamento que tem como objetivo maior assegurar que as mulheres não sejam vítimas de violência! Então eu acho que o Deputado Rosinha colocou muito bem, muito bem. Se aprova hoje, em 1.ª Discussão, e se for o caso, até para que isso não sirva como pretexto para o Governo do Estado para vetar esta Lei, que amanhã nós apresentamos uma Lei, que eu entendo até que poderia ser feita em Redação Final, para que se aprove aqui uma Emenda, dando um caráter autorizatório. Embora eu ache, Sr. Presidente, que nós deveríamos aprovar esta Lei como está, porque cabe ao Governo do Estado fazer cumprir as suas obrigações. Se o Governo não cumpre, de nada adianta nós autorizarmos. Autorizado ele já está, aliás sempre esteve e é obrigação dele preservar a vida e a integridade dos cidadãos. Ou será que combate a violência para nós é ficar arrumando carro de polícia, é aumentar o aparelho repressivo? Ora, quem conhece um mínimo de política de combate à criminalidade sabe perfeitamente que nunca se combateu, em lugar nenhum do mundo, se combateu a criminalidade apenas com o aparelho repressivo. O aparelho repressivo serve para proteger a criminalidade, num determinado momento. Mas cabe à sociedade, aos Parlamentos, fazer Leis sábias que evitem o mal, a violência, pela raiz. O que nós temos de eliminar são as causas da violência! No momento em que criamos o Centro de Convivência, estas mulheres, que estão sendo submetidas diariamente a violência terão um local de abrigo, um local de reintegração na sociedade. Essa questão é fundamental!

Então eu faço aqui um apelo, aos Srs. Deputados, para que aprovem. Aliás esta Assembléia, como eu disse hoje, acabou de dar um cheque em branco, para o Governador administrar este Estado, sem nós, pelo menos carimbarmos as verbas que vêm agora,

que o Governo vai gastar. É muita hipocrisia, eu acho que isso tem que ser colocado de uma forma muito clara! Eu acho que a gente está delegando poderes ao governo e eu acho que cabe também a nós, em certos pontos, firmarmos a nossa posição!

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria consultar o Deputado Dr. Rosinha se não era o caso do Projeto ser retirado para que se reformulasse a sua redação quanto à constitucionalidade e para que ele venha para o Plenário então passível de ser aproveitado pelo Governo do Estado.

Na minha visão este Parlamento é uma espécie de consciência política do Paraná. O fato de se apresentar um Projeto de Lei aqui, ele sinaliza um caminho para o Governo. Eu vejo com alegria, um requerimento que está sobre a Mesa de vários Deputados do Governo, sugerindo ao Governo a implantação do vale-transporte para os funcionários públicos estaduais. Quer dizer, às vezes até quando nós discordamos das pessoas nós acrescentamos a elas, porque a vida não se faz só pela concordância, se faz também pela discordância. A Deputada Emília Belinati fez o seu dever na Comissão de Constituição e Justiça, está profundamente constrangida porque ninguém defende com mais intensidade as bandeiras das mulheres do que Sua Excelência. Mas o que nós sugerimos ao Deputado Rosinha é que reformule o Projeto, até um gesto de fidalguia com relação a Deputada Emília Belinati, que pela sua condição feminina agora está sendo, pela sua condição feminina e pela sua condição de extrema honestidade, está sendo prisioneira do seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Rosinha tenha o gesto fidalgo, cavalheiro, cortez de poupar a nossa colega o constrangimento de ter que votar contrariamente a uma matéria que envolve a condição feminina, retire o Projeto e o reformule.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Srs. Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro Verificação de Votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a Verificação de Votação.

Se fosse na Arábia esse projeto seria rejeitado, porque lá surra-se a sua mulher todos os dias. Você não sabe porque as surra, mas ela sabe porque apanha. Aqui no Brasil é diferente.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. Vinte e dois Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezoito rejeitam o Projeto.

Aprovado o Projeto.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Eu quero agradecer os Parlamentares que fizeram apoio a esse Projeto, não a minha pessoa, mas sim apoiando um setor da nossa sociedade. Senhor Presidente, eu quero justificar a minha ausência porque eu vou me retirar da Plenária em função de que todos os Srs. Deputados já sabem que eu tenho problema de saúde na família e se agravou e eu tenho que me retirar para atender o meu pai. Então, eu justifico a minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, implanta no sistema de Ensino Público Estadual, a Semana do Ver e Ouvir, objetivando sanar deficiências no quadro estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 101, de 21.8.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 366/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Afonso Júnior, visa o presente projeto de lei implantar, no sistema de ensino público estadual, a Semana do Ver e Ouvir, com o objetivo de sanar deficiências no quadro estudantil.

Sob os aspectos constitucional, legal e de técnica legislativa, o projeto em exame não merece qualquer reparo, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 366/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, objetiva instituir, no Sistema de Ensino Público Estadual, a semana do Ver e Ouvir, direcionada a diagnosticar e corrigir deficiências áudio-visuais do elenco estudan-

til de 1ª a 4ª séries.

No mérito, é louvável o projeto de lei e se inscreve ao mais amplo e integral acolhimento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 366/91

AUTOR: Deputado José Afonso Júnior

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei, que visa implantar no sistema de ensino público estadual a semana do "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil.

Analisando o mérito da presente proposição de acordo com a competência prevista no art. 33, § 10 do Regimento Interno desta Casa, ela merece nosso pleno acolhimento.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.09.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para informar que, no dia de amanhã, nós estaremos oferecendo algumas emendas para corrigir algumas falhas que existem na elaboração do projeto. O artigo 1º, fala em Secretaria da Educação e Cultura, então nós vamos conversar depois com o Deputado José Afonso para sabermos se se trata das duas Secretarias ou apenas da Secretaria de Educação.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar) - E só para louvar a imparcialidade do Senhor Deputado Líder do Governo que condenou por inconstitucional a criação da semana de reparação de escolas na rede estadual de ensino e, agora apóia por constitucional do ver e ouvir nas escolas. Porque vemos e ouvimos, nós vamos votar com Sua Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para lembrar ao Deputado Rafael Greca e aqueles que o acompanham nesse pensamento, que o projeto de autoria do Deputado José Afonso difere do projeto anterior, porque ele não mexe na questão do currículo escolar. Lembra-se Vossa Excelência que o outro projeto interferia na grade curricular, estabelecia envolvimento do cur-

rículo escolar e o do Deputado José Afonso não interfere nesse processo, portanto não contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, o meu projeto tão somente visa, dado paralelamente com a política de reparos e construções de que o governo está fazendo em todo o Estado do Paraná, é trazer ao Governo do Estado do Paraná uma experiência que vivenciamos e implantamos quando Prefeito de Santo Antônio da Platina, onde de nada adianta termos escolas bem aparelhadas, escolas reformadas quando as nossas crianças sofrem de alguma deficiência, seja ela audiovisual ou não. E nessa implantação desse projeto em Santo Antônio da Platina, nós identificamos mais de 800 crianças necessitando de ter, receber a doação de óculos e outras tantas necessitando de receber cirurgias. Crianças que estavam na sala de aula mas o seu aproveitamento não estava sendo realmente a contento, uma vez que elas não tinham condições de enxergar o quadro negro e muito menos de ouvir.

Agora, quando eu peço que a Secretaria de Educação e Cultura, em conjunto com a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, uma vez que a Secretaria de Educação tem que permitir à Secretaria de Saúde que os médicos contratados já pelo governo, façam com que a cada início de ano façam volantes, visitas nas escolas levantando as deficiências dessas crianças. Ou seja, depois podem ser atendidas pela FASPAR ou qualquer órgão competente. O que não podemos deixar é que as nossas crianças tenham escolas boas, mas elas estejam numa situação precária de assistir a suas aulas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/91, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, obriga a identificação dos passageiros em transporte rodoviário no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 28.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 378/91

AUTOR: Dep. Ademar Luiz Traiano.

PARECER:

O ilustre Parlamentar propõe projeto de lei que visa obrigar a identificação dos passageiros em transporte rodoviário

no Estado do Paraná.

A medida possui incontestável valor, tendo em vista que o nosso Estado vem enfrentando sérios problemas, devido à ocorrência constante de violências em transporte coletivo, nas rodovias paranaenses, o interesse do ilustre Parlamentar em solucionar tão grave questão merece louvor.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, a encontramos dentro das especificidades exigidas.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente Projeto, nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 378/91

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, visa tornar obrigatória a identificação dos passageiros em transporte rodoviário no Estado do Paraná, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, posicionou-se favoravelmente à aprovação da matéria.

No que compete a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa, já que no mérito a medida proposta visa prevenir a ocorrência de assaltos e no caso de consumação de ilícito penal servirá de importante auxílio na busca de pistas para a rápida e fácil identificação dos marginais e, em caso de acidente, dos próprios passageiros.

Assim sendo, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 378/91

PARECER:

O nobre Deputado Ademar Luiz Traiano, vem apresentar Projeto de Lei nº 378/91 e que tem por finalidade tornar obrigatória a identificação dos passageiros em

transporte rodoviário no Estado do Paraná, tanto nas linhas regulares como nas viagens de turismo.

Trata-se de assunto que merece toda atenção e que exige uma solução premente pois tem como objetivo principal zelar pela vida e saúde, não só de todas as pessoas que se utilizam do ônibus para fazer suas viagens de negócios ou de lazer, mas também daqueles que sofrem com a rápida locomoção - com o sentido de dificultar a sua localização pelas autoridades competentes - dos fugitivos da Justiça.

Convencidos dos enormes benefícios que a presente Proposição, quando transformada em lei, virá trazer a todos os paranaenses, somos pela aprovação da mesma por esta Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO e OUTROS, altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 129, de 08.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 461/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 461/91 apresentado pelo Deputado Colombino Grassano e outros, tem como finalidade a alteração organizacional básica da Polícia Civil, extinguindo as funções não gratificadas de Suplentes de Delegados de Polícia no Interior do Estado, e ainda, outorgando ao Poder Executivo autorização para adaptação, nos termos desta lei, da estrutura organizacional da Polícia Civil.

O referido projeto, não fere a nenhum dispositivo constitucional, dessa forma, opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 461/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 461/91 apresentado pelo Deputado Colombino Grassano e outros, pretende alterar a organização básica da

Polícia Civil.

O vocábulo "polícia" em sentido amplo quer dizer ordem, disciplina e segurança públicas.

Vale dizer que polícia e Governo, como administração pública interna, tem as mesmas finalidades ou seja a manutenção da ordem, do bem-estar coletivo e respeito as instituições estabelecidas.

Como instituição é órgão preventivo e repressivo quando atua como política judicial.

Como polícia criminal, a que se comete a missão de aparelhar através da investigação o processo judiciário tem necessidade de de qualificações.

Sem sombra de dúvida, a depuração pretendida pelo projeto com a extinção do malsinado cargo de "suplente de polícia" irá melhor qualificar as corporações instituídas pelo Estado para exercer o poder de polícia.

Opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

CEZAR SILVESTRI

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 461/91, por 05 (cinco) Sessões.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei n. 461/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 498/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de imóvel do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 145, de 05.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 498/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder o uso de imóvel do Estado, para instalação de um curso supletivo pela Escola Municipal Antonio de Santana.

Sob o aspecto constitucional, verificamos que o presente projeto está em consonância com o dispositivo da Carta Estadual, atinente à matéria.

Pela razão supracitada e pelo relevan-

te alcance social da medida proposta, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
MÁRIO BEZERRA
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 498/91

P A R E C E R:

A propositura de lei em análise, de lavra do Deputado Cezar Silvestri, objetiva conceder ao Executivo paranaense autorização para ceder uso de imóvel do Estado para funcionamento de curso escolar.

A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria, entendeu que a mesma está dentro da legalidade constitucional e jurídica, opinando pela sua APROVAÇÃO.

Verificando a matéria nesta Comissão, nada foi encontrado contrário à sua tramitação. E considerando o seu grande aspecto social, somos pela aprovação do assunto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
ELIO RUSCH
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 499/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, e OUTROS, revoga o parágrafo único da Lei n. 9.291, de 07.06.90. (imóveis). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. n. 145, de 05.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 499/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Colombino Grassano e outros, o Projeto de Lei n. 499/91, tem como objetivo revogar o parágrafo único da Lei n. 9.291 de 07 de junho de 1990.

Da análise proferida não foi encontrado óbice tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato emitimos o nosso Parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões em 18.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 499/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Colombino Grassano, o presente plano de lei visa revogar o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 9.291, de 07 de junho de 1990.

Visto o aspecto legal e constitucional da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta emitiu Parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar conforme preceitua o Regimento Interno, posiciona-se igualmente pelo Parecer FAVORÁVEL à Aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - O meu encaminhamento é mais no sentido de que haja um esclarecimento do Deputado Colombino Grassano, que na análise desse projeto nós identificamos que há uma revogação de uma restrição para que um determinado imóvel, aparentemente público, ele não poderia ser objeto de alienação. Nos parece que foi construído ali um Centro Comercial e hoje há necessidade de transações sobre este imóvel. E nós gostaríamos de obter um esclarecimento sobre esse projeto, porque não estamos devidamente convencidos de que devemos apoiar este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O objetivo deste projeto de lei é apenas regularizar uma situação que está irregular no Município de Arapongas, garantindo o direito daquelas pessoas que investiram e também dando a necessária autorização, para que imóveis permutados possam integrar o patrimônio do Município de Arapongas e também integrar o patrimônio daqueles que investiram num empreendimento extremamente importante para o nosso Município.

Devo esclarecer que os Srs. Deputados têm em mãos na Ordem do Dia, a justificativa total. É longa, minuciosa, e se Vossa Excelência, Deputado Ernani Pudell, se der ao trabalho de ler, estará perfeitamente a par do que se solicita a esta Assembléia

Legislativa.

Não quero ser enfadonho, não gostaria de permanecer por mais tempo nesta tribuna, porque já estamos com os trabalhos legislativos adiantados, haverá necessidade naturalmente de uma prorrogação desta sessão de hoje, plenária, mas para que toda esta Casa tome conhecimento, passarei a ler a justificativa a este projeto de lei, em virtude da importância deste fato.

(Lê): "Em 1963, através da Lei 4.737 (D.J. de 01.07.63) o Poder Executivo Estadual, pelo então Governador Ney Braga, fez doação à Associação Comercial e Industrial do Município de Arapongas, do terreno de propriedade do Estado, data sob nº 01, da quadra 10-A, com área de 525 m², situado na sede do Município.

Em 1984, através da Lei nº 1.397 (13.12.84), em seu art. 1º, a Câmara Municipal de Arapongas, quando então Prefeito o Senhor Waldir Pugliesi, autorizou o Poder Executivo a permutar o terreno que constituía a data sob o nº 05, da quadra nº 01-A, com a área de 506,25 m², situado na sede da cidade, com o primeiro (1º) andar, correspondente ao segundo pavimento, contendo área de 487,64 m², incluindo área útil do pavimento, entre salas, sanitários e área comum, do edifício a ser construído no local por Edifício Palácio do Comércio de Arapongas, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, e inscrita no CGCMF sob nº 78.312.055/0001-24;

No art. 2º :

"Fica ainda autorizado o Poder Executivo a permutar o primeiro andar do edifício mencionado no artigo, com a data de terras nº 01 da quadra nº 10-A, com área de 525,00 m², sita na esquina das ruas Fação com Flamingos, nesta cidade, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, tão logo esta entidade obtenha anuência do Governo do Estado do Paraná para assim proceder."

Definindo no art. 3º que:

"As permutas autorizadas nesta lei serão efetuadas com observância da legislação pertinente."

A Lei Municipal nº 1.397/84, tivera como escopo permitir que o "Edifício Palácio da Indústria e Comércio de Arapongas", pessoa jurídica de direito privado, composta dos sócios: Madereira R. Chaves Ltda. - CGC/MF 76.956.150/0001-35; José Constantino - CPF 041.176.549-34; Araplac Ind. e Com. de Móveis Ltda. - CGC/MF 77.215.606/0001-79; Mário Luiz Breda - CPF 188.818.669-00; Domingos Roldão Breda - CPF 107.589.509-00; Dimas Dezam - CPF 106.256.749-87; Sérgio Donadio - CPF 006.610.319-34; José Marques Moraes - CPF 004.300.219-68; Guilherme Mendes Barradas - CPF 009.728.869-15; Floriano Pinto - CPF 004.563.149-20; Indústria de Doces Relâm-

pago Ltda - CGC/MF 75.408.955/0001-81; José Munhoz Sanches - CPF 069.832.439-00; Irmãos Tudino Ltda. - CGC/MF 77.250.173/0001-92; Indústria e Comércio de Móveis Lachi Ltda. - CGC/MF 75.395.665/0001-40; Manoel Estrada Gonçalves - CPF 003.366.539-72; Móveis Pelicano Ltda. - CGC/MF 75.071.902/0001-18; Pennacchi & Cia. Ltda. - CGC/MF 75.395.962/0001-96; Moinho de Trigo Arapongas Ltda. - CGC/MF 76.125.244-0001-62; Maresco & Cia. Ltda. - CGC/MF 76.957.406/0001-29; João Sequeira Cardoso e Oliveira - CPF 003.367.939-87; João Martins Cava Filho - CPF 003.389.159-15; João Carlos Martins Cava - CPF 069.862.939-68; Sérgio Bonato Kummel - CPF 011.369.179-34; Paulo Walmor Kummel - CPF 004.308.469-91; Roberto Bonato Kummel - CPF 172.531.609-91; Jane Kummel Lhamas Ferreira - CPF 199.588.399-53; Heloisa Bonato Kummel Guidini - CPF 494.227.669-15; Simbal - Sociedade Industrial Móveis Banrom Ltda. - CGC/MF 75.405.993/0001-80; Aramóveis - Indústria de Móveis Ltda. - CGC/MF 75.341.800/0001-75; Carmo Rabito - CPF 004.301.029-68; executasse sob a égide da Lei Federal nº 4.591/64, que dispõe sobre o Condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, no terreno permutado (05, da quadra nº 01-A, área de 519 m²), um prédio com 16 pavimentos, num total de 7.493,00 m², tendo como incorporadora a Associação Comercial e Industrial de Arapongas.

Vê-se que tanto a Lei Estadual (4.733/63), quanto a Municipal (1.397/84), não estabeleceram condições expressas subordinando os referido imóveis a cláusula impeditiva de transferência ou garantia especial de impenhorabilidade."

O que ocorre é o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na lei que doou à Associação Comercial e Industrial de Arapongas, o Poder Executivo estadual não colocou nenhuma cláusula impeditiva. Se não coloca na origem, quando da autorização da permuta, não poderia esta Casa ter votado uma cláusula impeditiva, acrescentando à doação inicial aquilo que não fazia parte da doação do Governo do Estado para a Associação Comercial e Industrial de Arapongas.

O que ocorreu, a Associação Comercial entregou o seu imóvel. Em troca deste, recebeu uma área construída, o que é comum nos projetos imobiliários.

O objetivo que tive é para acertar uma situação irregular votada sem a necessária atenção naquela ocasião por esta Assembleia Legislativa, quando no projeto original nenhuma cláusula constava de impenhorabilidade, ou incomunicabilidade para isto. Porque neste caso que o edifício já está pronto, se não se permitir, se não se

revogar o art. 2º, todo o edifício estará sujeito ao impedimento constante de um parágrafo que foi acrescentado à Lei, sem que a lei anterior tivesse dado qualquer caráter impeditivo a essa transação.

De modo que é um assunto da maior importância, sério, de alta responsabilidade, onde o Poder Executivo Estadual tem obrigação de sanar uma irregularidade criada pela Assembleia Legislativa e o Poder Executivo municipal também está de frente de um problema que quer ver solucionado. Como a matéria hoje é apenas para analisar o seu aspecto constitucional, eu pediria aos Srs. Deputados que votando hoje, permitissem que amanhã eu pudesse esclarecer mais se o Srs. Deputados assim o fizessem.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós queremos informar ao Plenário que, sobre esse assunto, o Deputado José Tavares, incumbido por essa Liderança, já esteve conversando com o Deputado Colombino Grassano, e nós mesmos já tivemos oportunidade de alguns momentos conversar com o Deputado acerca desse assunto.

É um assunto que realmente carece de uma análise mais aprofundada. No entanto, no dia de hoje, dentro do entendimento que nos propusemos com o Deputado Colombino Grassano, votaremos a favor dessa matéria, iremos amanhã analisar com mais profundidade os elementos que nos traz o Deputado, para que possamos nos convencer por inteiro da necessidade de aprovar essa matéria aqui na Assembleia, mesmo porque essa mesma matéria já foi objeto de rejeição por este Parlamento na presente sessão legislativa.

Então, no dia de amanhã, iremos com mais profundidade analisar os elementos trazidos pelo Deputado Colombino, e se for do entendimento dessa Bancada, dos Deputados que apóiam o Governo, nós iremos encaminhar pela aprovação.

E, se o entendimento for o contrário, também o faremos no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 58/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Municí-

pio de Moreira Salles, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Paraná do Oeste, desmembrando-o do município de Moreira Salles. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 25.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, o Projeto de Resolução nº 58/91, autoriza a realização de plebiscito, para que a comunidade local decida sobre a criação do Município de Paraná do Oeste, a ser desmembrado do Município de Moreira Salles.

O projeto, após a devida comprovação dos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 56, de fevereiro de 1991, se encontra em condições de ser apreciado em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu quero indicar o Deputado Cezar Silvestri para compor a Comissão da CPI do Transporte, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve fazê-lo por escrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 515, 517, 527, 246, 265, 366, 378, 468, 472, 498 e 499/91, e do Projeto de Resolução nº 58/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/91.

Levanta-se a sessão.